



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**RELATÓRIO CAPES - 2019**

**Autoavaliação do Mestrado Profissional em Poder Legislativo  
inserida na Plataforma Sucupira para avaliação da Capes**

**Junho/2020**

## DADOS ENVIADOS DO COLETA

Instituição de Ensino: CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO

Programa: Poder Legislativo (53037014001P0)

Coordenador: FABIANO PERUZZO SCHWARTZ

Calendário: Coleta de Informações 2019

Ano base: 2019

Data do Envio: 05/06/2020

Situação: ENVIADA

## DESTAQUES 2019

Os destaques aqui apresentados e demais seções preenchidas ao longo deste relatório farão, sempre que apropriado, menção aos itens da nova proposta, ainda não oficial, da ficha de avaliação para programas profissionais da Capes e da Área de CP&RI, colocando-os entre parêntesis com o prefixo FA (Ficha de Avaliação) (<https://drive.google.com/open?id=1OgRwECsru5cODsSNrp2Ya-ojUwNe2UMU>).

### (F 1.1 PROGRAMA)

O Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (PPG-Cefor) da Câmara dos Deputados tem como propósito preparar profissionais no campo dos estudos legislativos, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, na forma presencial ou a distância, nos níveis *lato sensu* e *stricto sensu*, visando ao fortalecimento institucional do Poder Legislativo. O Programa, destinado a estudar o Poder Legislativo, está inserido no *locus* próprio de estudo, o Congresso Nacional, configurando-se em terreno fértil para a pesquisa.

### (FA 1.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO)

Em ação estratégica de melhoria contínua de processos prevista em seu planejamento, a Coordenação de Pós-Graduação do Cefor adquiriu, em 2019, assinatura da ferramenta Atrio, que consiste em conjunto virtual de componentes de serviço de apoio à gestão de programas de pós-graduação (FA 1.3.1.c.III) e instituições de pesquisa, promovendo a adequação e melhoria da infraestrutura de gestão (FA 1.3.1.c.II). Dentre outras funcionalidades, a ferramenta permite a importação e transferência automática das informações cadastradas nos currículos lattes do corpo docente para a Plataforma Sucupira, permitindo a gestão mais eficiente dessa que é a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação.

As ações do PPG-Cefor são orientadas pelos princípios e diretrizes estabelecidos no Planejamento Estratégico 2017-2020 (FA 1.3.1), constituído por políticas e ações específicas para o Mestrado Profissional em Poder Legislativo (MPPL), alinhadas às diretrizes estratégicas institucionais para o período 2012-2023 (FA 1.3.1.b) (<https://bit.ly/34oaHDd>). O Planejamento Estratégico do PPG-Cefor (2017-2020) é avaliado e revisto ano a ano, adequando-se aos desafios surgentes no cenário institucional, às diretrizes dos órgãos reguladores e às demandas da sociedade. Em

2019, o Planejamento Estratégico incorporou elementos da nova ficha de avaliação quadrienal em discussão na Capes e na Área de CP&RI.

#### (FA 1.4 AUTOAVALIAÇÃO)

Em 2019, o PPG-Cefor intensificou os processos de autoavaliação com foco na formação discente e produção intelectual (FA 1.4), por meio da implantação de novo fluxo de avaliação do MPPL, considerando as seguintes etapas: perfil da turma, avaliação das disciplinas, avaliação docente, avaliação de egressos e avaliação de impacto e adequação dos TCCs. Os processos de autoavaliação têm o propósito de identificar potencialidades, detectar elementos frágeis, definir indicadores e verificar o quanto os objetivos do Programa estão sendo alcançados, com vistas à melhoria da qualidade acadêmica. A divulgação periódica dos resultados da autoavaliação a discentes, docentes (FA 1.4.1) e sociedade ocorre por meio da página do PPG-Cefor.

#### (PERFIL DA TURMA)

A cada novo semestre são consolidados dados estatísticos descritivos sobre a composição da turma, incluindo percentual de alunos regulares que cursaram disciplinas na condição de especiais, origem dos alunos, local de trabalho, percentual de homens e mulheres, percentual de autodeclaração de raça, entre outros. Os relatórios podem ser consultados na página do PPG-Cefor (<https://bit.ly/2Xnm0tS>).

#### (AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS)

A avaliação das disciplinas é feita pelos alunos, por meio de formulário eletrônico, ao final de cada semestre e contempla três categorias avaliadas: autoavaliação do aluno, avaliação da disciplina e avaliação da atuação docente. Os relatórios com resultados consolidados estão disponíveis na página do PPG-Cefor (<https://bit.ly/2xgzOMi>).

#### (AVALIAÇÃO DOCENTE)

As dinâmicas e procedimentos de avaliação do desempenho dos docentes (FA 1.4.1) abrangem as dimensões da produção técnico-científica, da docência e da orientação. Em março de 2019, a Coordenação de Pós-Graduação realizou o primeiro reenquadramento do corpo docente com o auxílio do programa Extrato Lattes (<https://github.com/Cefor/extratolattes>), desenvolvido no âmbito do MPPL para a extração dos dados e classificação dos professores. Na ocasião, dois professores permanentes passaram a colaboradores e um professor colaborador passou a permanente. As dinâmicas e procedimentos de avaliação do desempenho dos docentes têm sido observadas desde o início do quadriênio, quando o Colegiado do MPPL aprovou, em 2017, regulamento (<https://bit.ly/34oe2SL>) que estabelece os critérios da avaliação contínua do corpo docente, com base na produtividade lançada no currículo Lattes, e normatiza o credenciamento, o descredenciamento e o enquadramento dos professores (FA 1.3.1.c.III). Ao final do segundo ano de cada quadriênio, efetua-se o reenquadramento, que consiste em enquadrar como permanentes, no mínimo, 70% (a ser alterado para 60%, conforme o Documento Orientador de APCN 2019 (FA 1.2.1.d)) dos docentes mais bem classificados, ficando, os demais, automaticamente enquadrados como colaboradores. Ao final de cada quadriênio, nova avaliação é efetuada com vistas não somente ao reenquadramento, mas, também, ao credenciamento dos docentes, levando em conta a produção de

todo o quadriênio e a proporção entre docentes permanentes e colaboradores, segundo critérios e métricas estabelecidos nos documentos da Área (FA 1.2.1.d).

Os docentes também são avaliados pelos alunos ao final de cada disciplina. No ano de 2019, a nota média atribuída aos professores foi de 4,79 numa escala de 0 a 5. Desde 2018, o formulário de avaliação final das disciplinas passou a ser enviado eletronicamente aos alunos, com o objetivo de melhor subsidiar a atividade de docência. Essa iniciativa resultou no aumento da quantidade de questionários respondidos, o que imprime maior robustez à avaliação.

#### (AVALIAÇÃO DE EGRESSOS)

O MPPL implantou em 2019 sistemática de escuta de alunos egressos sobre o processo formativo (FA 1.4.1), consistindo de realização de survey anual com os egressos (<https://bit.ly/2VjAecV>); criação de perfil institucional na rede social LinkedIn (<https://www.linkedin.com/company/37902993>), para o intercâmbio de experiências profissionais e acadêmicas (Rede AMPLIAR); promoção de encontros semestrais (evento AMPLIAR) para a reunião de egressos, docentes, alunos regulares e especiais; comunicação periódica por newsletter; e estímulo à atualização do currículo Lattes dos egressos por chamado direcionado e envio do Extrato Lattes. A pesquisa de 2019, enviada a 63 egressos, contou com 41 respondentes, dentre os quais 68,3% afirmaram ter tido ascensão na carreira após o ingresso no MPPL.

#### (AVALIAÇÃO DE IMPACTO E ADEQUAÇÃO DOS TCCs)

Como produto do esforço conjunto de docentes e discentes, os TCCs representam uma combinação dos interesses de ambos, que deve guardar coerência com a proposta, missão e objetivos do Programa (FA 1.1.1.a), bem como da Instituição. No contexto da autoavaliação, desde 2018 o PPG-Cefor elabora relatórios técnicos de análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), observando a relação de cada TCC com a respectiva linha de pesquisa e orientador do Programa, o potencial impacto social/institucional e o rol de temáticas abordadas (FA 2.1.2 e FA 3.1.1) (disponível em <https://bit.ly/2xgzOMi>). Os resultados dessas análises contribuíram para a tomada de decisões de melhoria (FA 1.4.1), que incorporaram modificações nos dois últimos editais de processo seletivo de alunos regulares. Em 2018, foi ofertada igual quantidade de vagas por linha, e o candidato tinha que informar, no ato da inscrição, a linha e a temática em que desenvolveria o pré-projeto de pesquisa. Em 2019, cada docente informou o quantitativo de orientandos que poderia receber e em que temáticas daria orientação; no ato da inscrição, o candidato informava a linha, a temática e o orientador pretendidos; as temáticas constantes do edital foram discutidas com a Administração da Câmara dos Deputados (FA 1.3.1), de forma que os futuros TCCs e respectivos resultados de pesquisa tenham maior chance de se converter em conhecimento útil para a Instituição. Esse trabalho de avaliação do impacto dos TCCs tem sido acompanhado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Cefor, que fez constar nos seus relatórios de 2018 e 2019 as respectivas análises. A CPA é comissão de autoavaliação formalmente designada (FA 1.4.1), instituída pela Portaria do Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, nº 01, de 15/1/2015, e tem composição abrangente, contemplando os diversos segmentos da comunidade acadêmica, com representantes do Cefor, do corpo docente, do corpo discente, dos

egressos, do corpo técnico-administrativo e da sociedade civil organizada (FA 1.4.1) (<https://bit.ly/39R2HM9>).

Além disso, o MPPL, em consonância com sua natureza profissional, tem incentivado a produção de TCCs em outros formatos equivalentes (FA 3.1.1) que não a dissertação. Nesse sentido, desenvolveu um “Guia de modalidades de TCC” (disponível em <https://bit.ly/3e7cWzt>) com o objetivo de esclarecer e fomentar a prática dos diferentes formatos permitidos pela Capes para mestrados profissionais, que possam gerar resultados mais efetivos para a Instituição. A partir desse Guia, houve a reclassificação de TCCs anteriormente definidos como dissertações e a apresentação de projetos de software e produto de mídia como possibilidades de defesas.

#### (TECNOLOGIA)

O aluno Eduardo Antônio Mello Freitas, orientado pelo Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz, defendeu, em julho de 2019, o primeiro TCC voltado para o desenvolvimento de software de modelagem, treinamento e implantação de rede neural para a tradução automática de documentos legislativos, o que veio a se tornar o primeiro módulo funcional do robô digital Ulysses, da Câmara dos Deputados (<https://bit.ly/2UWiaXm>). Esse projeto tem amplo impacto social, econômico, institucional, científico e tecnológico (FA 1.3.1.c.i, 1.4.1, 3.1.1, 3.2.1.a, 3.2.1.b, 3.2.1.d, 3.2.1.e, 3.2.1.f, 3.3.1), alcançando interesses e aplicações que vão desde tarefas da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados (<https://bit.ly/2JOCiUV>) até a integração de parlamentos, o que ficou evidente na apresentação do projeto em 2018, em Genebra, na Suíça, a parlamentares de todo o mundo, no Encontro da União Interparlamentar (<https://bit.ly/39UZMCC>) e na primeira reunião do projeto *Inter-Parliamentary Open Data Cloud* (<https://www.youtube.com/watch?v=M5caVSkxpdC>), em maio de 2019, na Câmara dos Deputados.

#### (TV JUSTIÇA)

Outro reflexo da relevância, da inserção regional e do caráter inovador dos TCCs produzidos no MPPL (FA 1.3.1.c.i, 1.4.1, 3.1.1, 3.2.1) foi o convite, em janeiro de 2019, da produtora do programa Academia, da TV Justiça, para que a aluna egressa do MPPL, Maísa Martins de Toledo Nassar de Oliveira, participasse de debate sobre sua dissertação de mestrado intitulada O LOBBY INSTITUCIONAL PÚBLICO NO PROCESSO POLÍTICO-LEGISLATIVO: O CASO ANATEL. (<https://www.youtube.com/watch?v=pvvpXMyATPE>)

#### (FALCONI)

Em 2019, a participação de parceiros externos nos processos de autoavaliação (FA 1.4.1) se deu por meio de consultoria realizada pela empresa Falconi, líder de consultoria em gestão no Brasil, que avaliou a eficiência dos processos do PPG-Cefor, as entregas nas esferas administrativa e acadêmica, e os níveis de satisfação dos alunos e gestores da Câmara dos Deputados. Os resultados estão sendo compilados e serão divulgados neste primeiro semestre de 2020, no âmbito da reforma administrativa da Casa (FA 1.3.1.d). Decorrência direta dessa ação foi a reunião do PPG-Cefor com a Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados (em setembro de 2019) para a verificação do alinhamento das ações de pesquisa às demandas institucionais

(FA 1.3.1). Esse encontro resultou na definição de temáticas específicas para a submissão de pré-projetos de pesquisa no processo seletivo de 2020.

#### (FA 1.2 PERFIL DO CORPO DOCENTE)

Em abril de 2019, o PPG-Cefor deu posse a 3 novos docentes colaboradores, aprovados em processo seletivo realizado no final de 2018, com vistas a garantir a oferta de disciplinas e orientações ante as previsões de aposentadoria (FA 1.3.1.c.III). Em novembro de 2019, três outros professores, um permanente e dois colaboradores, aposentaram-se, encerrando as atividades no Programa. Considerados os processos seletivos, o reenquadramento e as aposentadorias, o PPG-Cefor iniciou o quadriênio com 19 docentes permanentes (100%); entrou 2018 com 22 professores, 19 permanentes (86%) e 3 colaboradores (14%); e fechou 2019 com 17 permanentes (77%) e 5 colaboradores (23%). De forma geral, dos 19 docentes permanentes que iniciaram o quadriênio, 17 (89%) mantiveram-se estáveis até o final de 2019 (um dos quais se aposentou em novembro) (FA 1.2.1.a), e houve a um docente permanente ingressante, representando um percentual de renovação (FA 1.2.1.a) de 5%. Importante destacar que o corpo docente do MPPL é constituído por servidores concursados da Câmara dos Deputados, com titulação de doutor e formação em áreas tradicionalmente ligadas aos estudos legislativos e linhas de pesquisa do Programa, o que propicia um contexto diferenciado na disseminação de saberes e práticas no âmbito acadêmico (FA 1.2.1.c, 1.2.2.b).

#### (FA 1.3.1.c.I PARCERIAS)

(UNIÃO INTERPARLAMENTAR - UIP) Em 2019, intensificaram-se, também, as ações de intercâmbio e parceria com outras instituições nacionais e internacionais. A Câmara dos Deputados, por meio da Diretoria de Tecnologia e Inovação – Ditec, foi declarada Hub de Inovação do Centro de Inovação da União Interparlamentar, uma associação de 168 casas legislativas, sediada na Suíça, com a qual a Câmara firmou acordo de cooperação interinstitucional. No documento, a Câmara dos Deputados ficou responsável pela nuvem de dados abertos interparlamentares, e o Parlamento Europeu, pela governança em tecnologia de informação. Um fator relevante que contribuiu para essa aproximação foi o já mencionado TCC do aluno Eduardo Antônio Mello Freitas, servidor lotado na Ditec, que desenvolveu o módulo para a tradução automática de textos legislativos do robô digital Ulysses, baseado em inteligência artificial. Essa parceria reuniu especialistas de diversos parlamentos no Cefor, no período de 27 a 31 de maio de 2019, para debater detalhes técnicos do projeto *Inter-Parliamentary Open Data Cloud* (<https://www.youtube.com/watch?v=M5caVSkxpdC>). Em setembro de 2019, a X Jornada de Pesquisa e Extensão (FA 1.3.1.c.III) do PPG-Cefor recebeu o Prof. Ludovic Delépine, membro do Parlamento Europeu e responsável pela Estratégia e Transformação Digital da Diretoria-Geral de Inovação e Suporte Tecnológico do Parlamento Europeu, que proferiu a conferência de abertura do evento, intitulada “Parlamento Digital: um habilitador para o fortalecimento da democracia / Digital Parliament: a driver to strengthen democracy”.

(UFMG) Ainda no campo das parcerias, o acordo de cooperação acadêmica entre o PPG-Cefor e o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) rendeu diversos frutos em 2019 (FA

**3.3.2):** (1) dois professores do PPG-Cefor ministraram disciplinas no programa Modus (Curso Intensivo em Metodologias de Pesquisa em Ciências Sociais da UFMG) (<https://bit.ly/2xYkT9v>); em contrapartida, um professor da UFMG ministrou disciplina no PPG-Cefor e outro proferiu a aula magna de abertura do segundo semestre do PPG-Cefor; (2) professores do PPG-Cefor e da UFMG organizaram conjuntamente um dossiê para a revista Teoria & Sociedade (UFMG) e um livro editado pelas Edições Câmara.

(EGN) Em julho de 2019, o Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz esteve em visita técnica ao PPG da Escola de Guerra Naval – EGN, com o propósito de identificar possíveis ações de parceria e de apresentar a ferramenta Extrato Lattes, com a respectiva transferência de tecnologia àquela instituição, de forma gratuita (FA 1.3.1.c.i).

(SENADO-UNB-INCT.DD) Em maio de 2019, o PPG-Cefor, em apoio à participação de eventos acadêmicos e de pesquisa (FA 1.3.1.c.iii), sediou mesa de debates do 8º Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política – COMPOLÍTICA8, evento organizado em parceria com o Senado Federal, Universidade de Brasília e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD).

(INTERNACIONAIS) (FA 3.3) O MPPL também firmou ações de parceria com instituições acadêmicas internacionais em 2019. Em janeiro, o aluno regular Carlos Antônio Pomagersky Jr., orientado pelo Prof. Dr. Cristiano Ferri Soares de Faria, do MPPL, foi aceito para período sanduíche na Harvard University (FA 3.2.1), em ação de mobilidade internacional para estudantes (FA 3.3.1) acordada entre o PPG-Cefor e aquela universidade, onde executou plano de pesquisa intitulado “Comparative Analysis of Laws Adopted in the United States and Brazil for Data Security”, sob a supervisão do Prof. Vitelio Brustolin (Ph. D), Pesquisador Cientista da Harvard Law School (<https://scholar.harvard.edu/brustolin/home>). Além de articular essa parceria, o Prof. Cristiano Ferri tem sido um embaixador do MPPL junto a outras instituições internacionais, onde tem atuado como: professor convidado para a formulação de cursos e participação em aulas na School of Collective Intelligence, Mohammed VI Polytechnic University, Marrakesh, Marrocos (2019); professor colaborador no Programa de Crowdlaw da GovLab da Universidade de Nova York, desde 2016; membro do Conselho Consultivo do Directorio Legislativo, think-tank argentino com incidência em toda América Latina em projetos relativos ao desenvolvimento democrático, transparência e políticas públicas (2019-2020) (FA 3.2.1.a); pesquisador associado do Massachusetts Institute of Technology at Sloan School of Management, Center of Collective Intelligence, desde setembro 2019; colaborador e consultor do Projeto Congresso Virtual de participação digital do Congresso Nacional chileno (2019/2020). A Profa. Dra. Cristiane Brum Bernardes também tem ampla atuação em redes de pesquisa internacionais, participando dos seguintes projetos e centros (FA 1.2.2.c): “A Global Comparative Ethnography of Parliaments, Politicians and People: representation, relationships and ruptures”, projeto iniciado em 2019 e liderado pela Profa. Emma Crewe (PhD), do Departamento de Antropologia e Sociologia da SOAS (School of Oriental and African Studies) da Universidade de Londres, financiado pelo European Research Council; Centro para Engajamento Democrático (Centre for Democratic Engagement) da Escola de Política e Estudos Internacionais (POLIS) da

Universidade de Leeds, criado pela professora Cristina Leston-Bandeira (PhD) e especializado em engajamento político e participação democrática, com financiamento da própria universidade e de órgãos financiadores externos; o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD), composto por 20 instituições brasileiras e 23 centros internacionais, com financiamento do CNPq e coordenado pelo professor Dr. Wilson Gomes (UFBA). O Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz é membro da organização do Congresso Panamericano de Intercâmbios em Assistência Médica (Pan American Health Care Exchanges), que é um fórum para a discussão de **políticas públicas** (FA 3.3.2) de cuidados do paciente e desenvolvimento tecnológico em saúde, sediado em diversos países e, em 2019, na Argentina (<https://gmepe.org/P7Summ19enpF.htm>).

(UNIVERSIDADE DE LEEDS) A professora Cristina Leston-Bandeira, coordenadora do Centro para Engajamento Democrático da Universidade de Leeds, foi acolhida como professora visitante pelo PPG-Cefor (FA 3.3.1), por período de 30 dias, para atividades de pesquisa e de integração com docentes, discentes, pesquisadores do Cefor e outros servidores e gestores da Câmara dos Deputados.

Em maio de 2019, a convite da Profa. Dra. Ana Lúcia Henrique Teixeira Gomes (PPG-Cefor), a juíza americana aposentada Sandra Walker ministrou no Cefor a palestra “Juizes Fazendo Política? Uma experiência de sucesso nos EUA” (<https://bit.ly/2K4f9Ot>).

#### **(FA 1.1 ESTRUTURA CURRICULAR)**

O Colegiado do MPPL realizou, em 2019, estudo sobre as disciplinas ofertadas desde o início do Programa, em 2013, e consolidou conjunto de disciplinas por linha de pesquisa de forma mais consentânea e alinhada com a proposta e amplitude temática do Programa (FA 1.1.1.a, 1.1.1.b) (<https://bit.ly/34neeSo>). Esse conjunto é composto por: três disciplinas obrigatórias, os seminários, que proveem visão sólida da estrutura do Poder Legislativo e preparam o aluno para a elaboração e defesa do TCC; disciplinas optativas por linha; e disciplinas optativas de cunho metodológico.

Com o intuito de fortalecer as linhas de pesquisa (FA 1.1.1) do Mestrado e de incentivar a produção intelectual entre docentes e discentes, o PPG-Cefor abriu novo chamado para a reclassificação de Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs) na categoria “permanente”. Considerando os chamados de 2018 e 2019, cinco novos grupos foram inseridos no Diretório de Grupos de Pesquisa/CNPq, totalizando nove grupos credenciados.

Com foco em nosso corpo discente, definimos ações para garantir o acompanhamento dos alunos desde o momento da inscrição no processo seletivo e durante todo o seu percurso no curso de Mestrado. Ações de disseminação do conhecimento e integração de pesquisadores também tiveram destaque. O ano de 2019 iniciou com a aula magna do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, que discorreu sobre o tema “Uma Agenda para o Futuro”. Cursos para o aprimoramento dos trabalhos de pesquisa dos alunos do Mestrado foram realizados dentro do programa CICLO DE OFICINAS promovido pelo PPG-Cefor. Em 2019 foram oferecidas cinco oficinas, nos temas “Elaboração de projetos de pesquisa”, sobre regras e redação



científica, “Normalização de trabalhos acadêmicos”, “Preenchimento do currículo Lattes” e “Mandato Digital” (FA 1.3.1.c.III). Também foram realizadas edições do programa CICLO DE PALESTRAS, promovido pelo PPG-Cefor, que consiste em atividades periódicas com o objetivo de levar a alunos, professores e ao público do Programa informações relativas às diferentes temáticas do Poder Legislativo. Além de ampliar o escopo de conhecimento, as palestras também incentivam a pesquisa e o pensamento crítico ao divulgar estudos e possibilidades que ampliam as já tratadas em sala de aula, além do incentivo à inovação, transferência de conhecimentos e impactos sociais, econômicos, científicos e tecnológicos (FA 1.3.1.c.I). Foram promovidas 11 palestras em 2019, atingindo público presencial e a distância, por meio de transmissões via canal digital (FA 1.3.1.c.III). A Rede Ampliar realizou dois encontros em 2019, com o lançamento de grupo de discussão em rede social (LinkedIn). O objetivo é ampliar laços, redes, contatos, conhecimentos, pesquisas e resultados, buscando propiciar comunicação mais eficaz entre os participantes e fortalecer a colaboração em pesquisa e ensino sobre o Poder Legislativo.

Ainda em 2019, o PPG-Cefor encaminhou à Administração da Câmara dos Deputados proposta de atualização do seu Regimento, que contempla a oferta contínua de curso de especialização no âmbito da estrutura de disciplinas do Mestrado, com ampliação do alcance para o público externo (FA 1.4.1, 3.2.1). Dessa forma, atende-se aos anseios da instituição e da sociedade com melhor aproveitamento de recursos, em consonância com a reforma administrativa em curso na Câmara dos Deputados. Essa ação vem ao encontro da Resolução do MEC CNE/CES nº 1/2018, que prevê a possibilidade de os programas stricto sensu converterem em certificado de especialização os créditos de disciplinas cursadas no Mestrado. Cabe observar que a cada ano aumenta o número de alunos especiais matriculados nas disciplinas do MPPL, os quais serão beneficiados com essa possibilidade. A procura crescente pelas disciplinas do MPPL, na condição de aluno especial, por pessoas de fora da Câmara é um forte indicativo do impacto social e da inserção regional do Programa (FA 1.4.1, 3.2.1). Em atenção a essa tendência e visando à ampliação desse impacto social/regional, o edital de 2019 para a admissão de alunos regulares estabeleceu que candidatos oriundos de outros órgãos com os quais a Câmara dos Deputados mantém acordo de cooperação, protocolo de intenções ou instrumento similar, concorrerão às vagas ofertadas em igualdade de condições com os servidores da Câmara dos Deputados.

O ano de 2019 encerrou com novo recorde de inscrições, em novembro, em disciplinas do MPPL. Ao todo, 157 candidatos da Câmara, do Senado, de outros órgãos públicos e da comunidade em geral apresentaram 499 solicitações de matrícula em 10 disciplinas. Atualmente, o quantitativo de alunos especiais corresponde a 3 vezes o de alunos regulares, e 27% desses alunos especiais são de fora da Câmara dos Deputados, sendo 9 deles de fora do Distrito Federal. No semestre anterior, foram feitas 259 solicitações de matrícula por 129 candidatos, para sete disciplinas.

## HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA

O Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) foi instituído pelo Ato da Mesa 69, de 1997, na área de recursos humanos, como um espaço para treinamento, em molde adequado a servir de suporte básico à consolidação e ao desenvolvimento do Plano de Carreira dos servidores da Câmara dos Deputados.

Regulamentado pelo Ato da Mesa n. 41, de 2000, o Centro ganhou amplas competências para “planejar, promover, executar e avaliar programas e atividades de recrutamento, seleção, atualização, aperfeiçoamento, especialização e desenvolvimento de recursos humanos”. Isso permite a atuação tanto na oferta de cursos de formação alinhados ao desenvolvimento da carreira dos servidores, quanto na extensão de ações e objetivos com alcance à comunidade, incluindo a realização de convênios de intercâmbio e cooperação mútua com entidades e instituições públicas e particulares, a prestação de serviços relacionados às suas atividades e fins institucionais e o desenvolvimento e execução de programas, projetos e atividades de capacitação. Atualmente, o Centro promove cursos, conferências e outras atividades educativas, presenciais e a distância, para cerca de 15 mil servidores da Câmara dos Deputados e para um público diversificado que inclui agentes políticos, servidores públicos de outros poderes, alunos de instituições de ensino superior e para toda a sociedade.

Em 2003, com o amadurecimento das atividades e o aumento da demanda por cursos de pós-graduação – que já incluíam dois cursos de especialização em gestão em convênio com a Universidade de Brasília (UnB) e um curso de Especialização em Gestão de Pessoas, realizado em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) –, o Cefor iniciou estudos para a criação de um Programa de Pós-Graduação próprio, com o objetivo de imprimir uma abordagem mais acadêmica para o conhecimento produzido na Câmara dos Deputados. O processo foi concluído em 2004 e aprovado pelo Ministério da Educação (MEC) em janeiro de 2005, quando o Programa de Pós-Graduação do Cefor teve seu credenciamento estabelecido pela Portaria 51 do MEC.

A partir do credenciamento, o Programa passou a oferecer três cursos: Especialização em Processo Legislativo, Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo e Especialização em Orçamento Público, este último em parceria com Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União (TCU). A criação dos cursos foi seguida pelas novas instalações físicas do Cefor, em 2007: o Centro ganhou moderno e amplo espaço com condições apropriadas para atender às demandas previstas no processo de modernização, à época, decorrente do planejamento estratégico em curso na Câmara dos Deputados.

Na sequência, o Programa de Pós-Graduação instituiu seus Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs), sob as diretrizes: estimular os servidores à reflexão sobre os trabalhos desenvolvidos na Câmara dos Deputados; diagnosticar dificuldades e apresentar soluções para as questões relativas à organização e ao funcionamento do Poder Legislativo; promover a análise, a sistematização e o aprimoramento das suas práticas; incentivar a realização de trabalhos em parceria com outras instituições

visando à análise, ao fortalecimento e ao aperfeiçoamento do Poder Legislativo e das práticas desenvolvidas na Câmara dos Deputados; e, ainda, enriquecer as atividades de apoio e assessoramento parlamentar e aprimorar o desempenho dos servidores, por meio do conhecimento produzido no Programa de Pós-Graduação do Cefor.

De 2005 a 2019, o Programa de Pós-Graduação do Cefor ampliou o número de cursos de pós-graduação lato sensu e, atualmente, tem oito cursos próprios estruturados para oferta: Especialização em Processo Legislativo, Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, Especialização em Política e Representação Parlamentar, Especialização em Legislativo e Políticas Públicas, Especialização em Gestão Pública Legislativa, Especialização em Parlamento e Direito, Especialização em Comunicação Política no Legislativo, e MBA em Governança Legislativa. Também são ofertados, desde a criação do Programa, cursos organizados com outros órgãos da Administração Pública Federal: Especialização em Orçamento Público, em parceria com Senado e TCU, nos anos de 2006, 2007 e 2011; Especialização em Auditoria Interna e Controle Governamental, em parceria com Senado e TCU, em 2009; Política e Representação Parlamentar, em parceria com a Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos anos de 2009 e 2011; Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, em parceria com Senado, TCU e com o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delincente (ILANUD), iniciado em abril de 2018 e finalizado em novembro de 2019; Avaliação de Políticas Públicas, em parceria com Senado e TCU, iniciado em agosto de 2018 e com término previsto para agosto de 2020.

Os cursos atendem servidores do quadro efetivo da Câmara dos Deputados, assessores parlamentares, servidores de órgãos que tenham acordo de cooperação com a Câmara e interessados externos selecionados em processo público. O corpo docente é formado por servidores titulados, com experiência de magistério, e por professores convidados de instituições de ensino superior. A abrangência dos temas revela a diversidade de assuntos tratados e a amplitude dos conhecimentos próprios da atividade legislativa, sobretudo na perspectiva do ensino. Nesses quinze anos, o PPG-Cefor, em sua modalidade lato sensu, ofereceu 27 turmas de cursos próprios e em parceria, com 793 alunos regulares.

Em 2016, o Cefor recebeu visita da comissão avaliadora do MEC e, em 2017, o Centro foi recredenciado, por 8 (oito) anos, como escola de Governo para a oferta de cursos lato sensu, nas modalidades presencial e a distância.

A primeira ação de participação do PPG-Cefor em mecanismos de solidariedade como Minter e Dinter (FA 3.3.2), no sentido de expandir o Programa de Pós-Graduação do Cefor para além dos cursos de especialização, aconteceu ao final de 2006, quando o Cefor estabeleceu parceria com o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) para a oferta dos cursos Mestrado Interinstitucional em Ciência Política (Minter), para vinte alunos, e Doutorado Interinstitucional em Ciência Política (Dinter), para dez alunos, todos já diplomados.

Nesse caminho, em outubro de 2011, a Capes aprovou a criação do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, da Câmara dos Deputados, cujas aulas tiveram início no primeiro semestre de 2013, tendo formado 74 mestres até o final de 2019. Em 2017, o Programa de Mestrado recebeu nota 4 na avaliação quadrienal da Capes, referente ao período 2013-2016.

## OBJETIVOS

### Objetivos (geral e específicos)

O Mestrado Profissional em Poder Legislativo tem por missão (FA 1.3.1.a) e principal objetivo a formação de profissionais qualificados com habilidades de pesquisa e de produção de conhecimento no campo dos estudos legislativos, capazes de intervir efetivamente em problemas complexos da instituição, por meio de práticas avançadas, inovadoras e transformadoras dos processos de trabalho, e de dialogar com as realidades e desafios cotidianos do Poder Legislativo, contribuindo para o seu aperfeiçoamento, para o processo democrático e para atender às demandas da sociedade. (FA 1.1.1.a)

Como objetivos específicos, destacam-se:

- 1) Instituir locus para produzir, sistematizar e disseminar conhecimento sobre o Poder Legislativo, nas dimensões inter e transdisciplinares, contribuindo para o fortalecimento do Parlamento e da democracia, com vistas ao desenvolvimento nacional.
- 2) Formar quadros avançados de recursos humanos, altamente qualificados, voltados à análise e à reflexão crítica sobre o Poder Legislativo em suas dimensões organizativa, funcional, política e institucional.
- 3) Aprimorar a atuação do Poder Legislativo por meio da profissionalização de seus servidores e de outros agentes que atuam junto ao Parlamento.
- 4) Desenvolver pedagogia do conhecimento que integre pressupostos teóricos, metodológicos e educacionais com as práticas profissionais e características do Legislativo e da sua área de saber, promovendo, assim, a interconexão entre os saberes e as práticas.

O MPPL aponta para a Visão de Futuro (FA 1.3.1.a) de consolidar-se como Programa referência em ensino e pesquisa no campo dos estudos legislativos, com contribuições efetivas para a solução dos problemas complexos do Poder Legislativo, reconhecido pela geração de impactos sociais e pelo trato das políticas públicas, alcançando, dessa forma, o conceito 5 na avaliação da Capes.

Como diretrizes estratégicas do Programa, destacam-se:

- a) Formação avançada de recursos humanos.
- b) Inovação como meio de promover mudanças e colaboração em ações de ensino, pesquisa e extensão.
- c) Foco na relevância econômica e social da produção científica.

- d) Suporte à concepção, monitoramento e avaliação de políticas públicas.
- e) Avaliação sistemática das ações de ensino, pesquisa e extensão.
- f) Inserção nacional e internacionalização.

O público-alvo são servidores públicos dos três poderes, nas esferas federal, estadual e municipal, e a sociedade.

### **Perfil do Egresso**

O mestre formado pelo Mestrado Profissional em Poder Legislativo deve ter sólido conhecimento do processo legislativo e das práticas inerentes às casas legislativas, em suas dimensões organizativa, funcional, política e institucional. O desenvolvimento de tais competências provê ao egresso aptidão para inovar e transformar no seu fazer cotidiano, bem como estabelecer diálogo estreito com as realidades e desafios do Poder Legislativo. Desse modo, pode contribuir para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo, por meio do método científico e da reflexão integradora dos diversos olhares sobre o Parlamento.

## **PROPOSTA CURRICULAR**

### **Estrutura Curricular**

Os 30 créditos necessários à integralização do curso são distribuídos em três grupos de atividades (<https://bit.ly/3c3lu8D>). O primeiro é constituído pelas disciplinas, que respondem por 14 créditos. O segundo, por 6 créditos referentes a Atividades Complementares. O terceiro, pelo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cuja elaboração corresponde a 10 créditos.

As disciplinas, todas com carga horária de 30 horas (2 créditos), são divididas em obrigatórias e optativas. As disciplinas obrigatórias são três: a) Seminário em Poder Legislativo; b) Seminário de Pesquisa; e c) Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso. A primeira provê visão sólida sobre a estrutura do Poder Legislativo e os respectivos campos de pesquisa. É uma disciplina de integração e fundamentação da área de concentração do curso, estabelecendo convergência e diálogo entre as três linhas de pesquisa. As demais preparam o aluno para a elaboração e defesa do TCC. Espera-se, assim, que, ao final do Seminário de Pesquisa, o aluno apresente seu projeto de trabalho de conclusão de curso e, ao final do Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso, esteja apto para a qualificação do seu TCC.

As disciplinas optativas são constituídas, por um lado, pela necessidade do diálogo entre os projetos de pesquisa e as linhas de pesquisa do curso e, por outro, pela inter-relação entre as linhas de pesquisa: no primeiro caso, o objetivo é oferecer ao discente uma visão contextualizada de aspectos das áreas de conhecimento do curso; no segundo, busca-se a interlocução entre as linhas de pesquisa, construindo a unidade do campo de conhecimento definido na área de concentração. Há, também, disciplinas de cunho metodológico que proveem a base do método científico e recursos

sofisticados de análise. Tal percurso permite que o aluno participe individual e coletivamente da construção do campo do saber do Legislativo.

As Atividades Complementares, que contemplam uma série de atividades extraclasse pertinentes à pesquisa do aluno, são realizadas sob a supervisão do orientador e têm o objetivo de ampliar e fortalecer o processo formativo do aluno, aproximando-o da realidade social e profissional. São classificadas em duas categorias: a primeira é constituída por atividades acadêmicas, as quais devem ser efetivadas por meio de participação em eventos acadêmicos e científicos, projeto de pesquisa, divulgação científica por meio de publicação e divulgação de bases de dados de pesquisa; a segunda é constituída por atividades supervisionadas, que proporcionam ao discente a oportunidade de explorar o tema da pesquisa em atividades profissionais, em sessões plenárias e reuniões de comissões como observador, e por meio de entrevistas com parlamentares e autoridades ligados ao Poder Legislativo. (<https://bit.ly/2xh9TUJ>)

O TCC compreende a elaboração, a qualificação e a defesa final. A qualificação e a defesa são antecedidas por seminários preparatórios.

### **Experiências inovadoras de formação**

Considerando o conceito de inovação como a adoção de novas práticas no âmbito organizacional, que geram valor social e resultado positivo em relação aos objetivos pretendidos, uma série de ações no quadriênio tem proporcionado a discentes e docentes o aprimoramento do desenvolvimento e divulgação do conhecimento científico.

Um dos pontos de maior atenção foram as Atividades Complementares. O Colegiado do Mestrado aprovou, no mês de maio de 2018, o novo Regulamento que disciplina a integralização das horas, prevendo, entre os requisitos, a inclusão das atividades no currículo Lattes do discente. Além disso, o Programa inovou ao possibilitar a divulgação de bases de dados de pesquisa no repositório público do PPG-Cefor (<https://github.com/Cefor>) como uma nova categoria de atividade complementar. Por fim, para se adaptar a essas mudanças, o acompanhamento das atividades foi incorporado ao Serviço de Gestão de Cursos de Pós-Graduação, com adoção de sistema informatizado para lançamento e controle dos dados dos alunos, **melhorando a infraestrutura de gestão** (FA 1.3.1.c.II).

Outras rotinas administrativas também passaram por mudanças com intuito de melhor subsidiar alunos, professores e orientadores com informações tempestivas. Foi estabelecido processo de acompanhamento de alunos, abarcando todas as fases do desenvolvimento acadêmico do discente, o qual é informado por e-mail sobre a etapa em que se encontra no curso e quais os próximos passos no seu fluxo, de forma personalizada e atualizada. Também os orientadores são informados sobre o andamento dos orientandos, já que há uma responsabilidade conjunta quanto a prazos e entrega de resultados. Houve ainda a modificação do formulário de avaliação de disciplinas, que passou a ser eletrônico e enviado aos alunos por e-mail, facilitando e agilizando a resposta, a tabulação e o envio dos resultados aos professores avaliados.

No que tange às parcerias, o Programa inovou ao intensificar a cooperação dentro da instituição Câmara dos Deputados e com instituições nacionais e internacionais. A IX Jornada de Pesquisa e Extensão, realizada em setembro de 2018, foi um exemplo do resultado positivo desse tipo de inovação. Com o tema “O Espaço da Democracia: desdobramentos políticos e reflexos na gestão do Poder Legislativo”, o evento ocorreu pela primeira vez em parceria com outro órgão da Casa, o Departamento Técnico (Detec/Câmara dos Deputados), que organizou palestras e discussões com professores da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), relacionadas à conexão entre espaço físico e poder. Essa iniciativa abriu espaço à participação de um novo público, cujo interesse foi despertado para as iniciativas de pesquisa do Mestrado, assim como houve ampliação da percepção sobre a área Poder Legislativo por docentes e discentes. Em 2019, após o sucesso da edição anterior, a X Jornada de Pesquisa e Extensão seguiu o mesmo modelo e contou com a parceria da Diretoria de Tecnologia e Inovação (Ditec) da Câmara dos Deputados para promover o debate em torno do tema “Legislativo Digital: desafios para os novos caminhos da democracia” (FA 1.3.1.c.III). O evento foi coroado por palestra do Prof. Ludovic Delépine, membro do Parlamento Europeu e responsável pela Estratégia e Transformação Digital da Diretoria-Geral de Inovação e Suporte Tecnológico do Parlamento Europeu.

A parceria entre o PPG-Cefor e a Ditec contribuiu para que fosse firmado acordo de cooperação entre a Câmara dos Deputados e a União Interparlamentar (<https://www.ipu.org/>). Um fator relevante nessa associação foi o TCC do discente Eduardo Antônio Mello Freitas, do MPPL, que desenvolveu o módulo de software do robô digital Ulysses para a tradução automática de textos legislativos, permitindo que consultores legislativos, assessores, parlamentares e as sociedades de todo o mundo conheçam, em poucos cliques, leis e proposições de diferentes países, contribuindo para o processo democrático ao redor do globo. Esse trabalho foi apresentado em 2018 a parlamentares de todo o mundo, em Genebra, no Encontro da União Interparlamentar (<https://bit.ly/39UZMCc>) e, em 2019, na primeira reunião do projeto *Inter-Parliamentary Open Data Cloud* (<https://www.youtube.com/watch?v=M5caVSkxpdC>), na Câmara dos Deputados. Essa ação tem amplo impacto econômico e social (FA 1.4.1, 3.1.1, 3.2.1.a, 3.2.1.b, 3.2.1.d, 3.2.1.e, 3.2.1.f, 3.3.1), e mobiliza pesquisadores de parlamentos em todo o mundo para o compartilhamento de dados e de soluções tecnológicas referentes a práticas legislativas.

No escopo dessa parceria entre o PPG-Cefor e a Ditec estão em curso tratativas para a assinatura de acordo de cooperação entre a Câmara dos Deputados e a International Network for Government Science Advice (INGSA), uma plataforma colaborativa para intercâmbio de políticas, capacitação e pesquisa em diversas organizações globais de assessoria científica e sistemas nacionais.

Ainda em relação às pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Mestrado, desde 2018 o PPG-Cefor elabora relatórios técnicos de análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), observando a relação de cada TCC com a respectiva linha de pesquisa e orientador do Programa, o potencial impacto social/institucional e o rol de temáticas abordadas (FA 2.1.2 e FA 3.1.1) (disponível em <https://bit.ly/2xgzOMi>). O objetivo é

subsidiar a tomada de decisão sobre ações do Programa que permeiam desde a oferta de vagas por Linha/Temática, passando pela seleção/ingresso dos alunos, orientação das atividades de pesquisa, até o produto final apresentado no TCC. Os resultados dessas análises **contribuíram para a tomada de decisões de melhoria (FA 1.4.1)**, que incorporaram modificações nos dois últimos editais de processo seletivo de alunos regulares. Em 2018, foi ofertada igual quantidade de vagas por linha e o candidato teve que informar, no ato da inscrição, a linha e a temática em que desenvolveria o pré-projeto de pesquisa. Além disso, o edital passou a pontuar, como etapa classificatória, a conclusão de disciplinas como aluno especial no Programa. A iniciativa incentiva a participação de futuros discentes regulares como alunos especiais nas disciplinas optativas, aumentando seu conhecimento prévio sobre a vida acadêmica e facilitando a rotina de estudos com diluição da carga horária. Essa alteração foi introduzida por se constatar que discentes de mestrados profissionais acumulam a carga da vida acadêmica com as demandas de suas atividades profissionais, que não são interrompidas para o estudo. Em 2019, o número de vagas foi estabelecido no edital de seleção com base no quantitativo informado de orientandos que cada docente poderia receber em temáticas específicas. Assim, no ato da inscrição, o candidato informava a linha, a temática e o orientador pretendidos. As temáticas constantes do edital foram antes discutidas com a Administração da Câmara dos Deputados **(FA 1.3.1)**, de forma que os futuros TCCs e respectivos resultados de pesquisa tenham maior chance de se converter em conhecimento útil para a Instituição. Esse trabalho de avaliação do impacto dos TCCs tem sido acompanhado pela **Comissão Própria de Avaliação (CPA)** do Cefor, que fez constar nos seus relatórios de 2018 e 2019 as respectivas análises. A CPA é **comissão de autoavaliação formalmente designada (FA 1.4.1)**, instituída pela Portaria do Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, nº 01, de 15/1/2015, e tem composição abrangente, contemplando os diversos segmentos da **comunidade acadêmica, com representantes do Cefor, do corpo docente, do corpo discente, dos egressos, do corpo técnico-administrativo e da sociedade civil organizada (FA 1.4.1)** (<https://bit.ly/2UVG30S>).

Outra inovação no quadriênio foi o estabelecimento de nova categoria para os Grupos de Pesquisa e Extensão (GPE) da Câmara dos Deputados. Com o intuito de fortalecer as linhas de pesquisa **(FA 1.1.1)** do Mestrado e de incentivar a produção intelectual entre docentes e discentes, a Coordenação de Pós-Graduação, desde 2018, abre ano a ano chamado para a reclassificação de GPEs da Câmara dos Deputados na categoria “permanente”, sem prazo para encerramento (GPEs de outras categorias têm vigência de até três anos). São eletivos os GPEs ativos cuja coordenação estiver a cargo de servidor Doutor e cuja produção for comprovada por publicação científica. Os grupos selecionados passam a integrar o Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, incentivando assim pesquisas contínuas e estruturadas de acordo com as linhas do Programa. Considerando os chamados de 2018 e 2019, cinco novos grupos coordenados por docentes do Programa foram inseridos no Diretório, totalizando nove grupos credenciados. Para facilitar a coordenação dos GPEs da Câmara, que totalizaram 21 grupos ativos ao final de 2019, foi elaborado o Sistema GPE, uma plataforma eletrônica que contém informações sobre os integrantes, linhas de pesquisa, relatórios e prazos de cada grupo ativo e encerrado nos últimos cinco anos. **(FA 1.3.1.c.ii)**.



## **Ensino a Distância**

Os professores e os alunos contam com o apoio da área de Educação a Distância do Cefor, que possibilita o uso da plataforma Moodle (Eleve) como apoio às atividades presenciais. A plataforma funciona como repositório de materiais e conteúdos, disponibilizando biblioteca digital, além de permitir interação entre os alunos e entre o professor e os alunos por meio de fóruns, chats, wikis, etc. Com a plataforma, aluno e professor têm acesso a outros cursos e programas autoinstrucionais que abordam temas transversais ao conteúdo do Mestrado, como Accountability Política, Gênero e Atuação Legislativa e Papel do Legislativo, entre outros ([www.camara.leg.br/ead](http://www.camara.leg.br/ead)).

O Cefor também mantém a plataforma da Escola Virtual de Cidadania – EVC ([www.camara.leg.br/evc](http://www.camara.leg.br/evc)), um espaço aberto a todos os cidadãos que reúne produtos e objetos educacionais sobre educação política e educação para democracia. Além do acesso a todo o conteúdo, docentes, discentes e egressos têm seus trabalhos divulgados na série “Publicações e estudos”, que disponibiliza um levantamento do material acessível na Câmara dos Deputados sobre um tema específico, incluindo artigos publicados na Revista E-Legis e trabalhos acadêmicos. Já foram disponibilizados os levantamentos dos temas participação popular, democracia e gênero.

Outros produtos da EVC são as séries “O que é”, um dicionário político virtual com explicações, exemplos e curiosidades sobre política, “Próximas eleições – O que muda”, explicando as alterações eleitorais que entraram em vigor em 2018 e o site educativo Flux, com a premissa de ter uma navegação interativa, fluida e com total acessibilidade para pessoas com deficiência visual e auditiva, abordando temas como: “Inclusão, educação e trabalho”, “O papel das leis”, “Participação política”, “Como criar uma Procuradoria da Mulher nas Casas Legislativas”.

Em 2019 foi transmitida uma série de 26 vídeos com temas ligados à Pós-Graduação, como Jornadas de Pesquisas e Extensão, Ciclos de palestras, aulas inaugurais, oficinas, mesas redondas e eventos. Todos ficam disponíveis no canal do YouTube ([www.youtube.com/ceforcdvideos](http://www.youtube.com/ceforcdvideos)). Além disso, foram ofertadas 1.558 vagas para cursos a distância com tutoria.

## **OFERTA E DEMANDA DE VAGAS**

### **Número de vagas ofertadas no ano - Mestrado**

21

### **Número de inscritos no ano – Mestrado**

32

### **Número de aprovados no ano - Mestrado**

12

### **Número de vagas ofertadas no ano – Doutorado**

NA

## Número de inscritos no ano – Doutorado

NA

## Número de aprovados no ano – Doutorado

1

## INFRAESTRUTURA

### Laboratórios

#### (FA 1.1.2.b)

O Cefor possui três laboratórios de informática: duas salas com capacidade para 12 alunos e uma sala com capacidade para 24 alunos. Os laboratórios de informática estão disponíveis de segunda a sexta-feira, das 8 às 20 horas, podendo ser utilizados aos sábados e domingos, quando necessário.

### Recursos de Informática

#### (FA 1.1.2.c)

Os laboratórios de informática são igualmente equipados com projetor multimídia, impressora e computadores para docente e alunos, conectados à Internet pelo sistema de banda larga da Câmara dos Deputados, com link dedicado. O prédio do Cefor dispõe de acesso à Internet via wireless, para utilização pelos servidores e visitantes. Estão instalados, nos computadores dos laboratórios de informática, o pacote Microsoft Office Professional e os programas R, RStudio, XMind e CorelDraw (Adobe).

### Biblioteca

#### (FA 1.1.2.e)

A Biblioteca Pedro Aleixo (<https://bit.ly/34qJCQ7>) integra o Centro de Documentação e Informação e tem como principal função subsidiar as atividades legislativas e administrativas dos membros e servidores da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. Possui acervo aproximado de 200.000 volumes e 2.060 títulos de revistas especializadas, com foco em Ciência Política, Ciências Sociais, Direito, Economia e Administração Pública. No tocante a alunos, professores e pesquisadores, a biblioteca disponibiliza textos científicos e livros, inclusive por meio de novas aquisições, demandados nos planos de curso das disciplinas do Mestrado e nos projetos dos grupos de pesquisa. Ressalta-se que pesquisadores, discentes e docentes do Programa possuem direito ao dobro do prazo e da quantidade de livros por empréstimo em relação aos demais servidores da Câmara dos Deputados.

A biblioteca é depositária das publicações editadas pela Câmara dos Deputados, pela Organização das Nações Unidas - ONU e suas agências, incluindo as editadas no Brasil pela UNESCO, pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Possui também valioso acervo de obras raras, totalizando aproximadamente 4.700 volumes, consistindo de pós-incunábulo, livros raros em sua primeira edição, livros esgotados, livros de editores famosos, periódicos valiosos, Coleção das Leis do Brasil, Coleção de Diários Oficiais que, iniciada

em 1862, estende-se até 1899, e exemplares da legislação portuguesa e da legislação estadual brasileira.

Além das bases de dados existentes, a Câmara dos Deputados dispõe de acesso ao Portal de Periódicos da Capes, Proquest, ABNT, entre outros, e também à Rede Virtual de Bibliotecas (Rede RVBI), que agrega de forma cooperativa recursos bibliográficos, materiais e humanos de doze bibliotecas públicas: Advocacia-Geral da União, Câmara Legislativa do DF, Ministério da Justiça, Procuradoria-Geral da República, Senado Federal, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas do DF, Tribunal de Justiça do DF, Tribunal Superior do Trabalho e a própria Câmara dos Deputados. (FA 1.1.2.d)

O Centro de Documentação e Informação dispõe, também, de serviço de pesquisa sobre proposições e processo legislativo (legislação), atuação parlamentar (livros e artigos) e documentos das constituintes, fornecendo a servidores da Casa e alunos do PPG-Cefor, quando solicitado, cópias de artigos e trechos de livros, respeitados os limites estabelecidos em normas específicas.

### **Outras Informações**

#### **(FA 1.1.2.a)**

O Cefor possui auditório com capacidade de 122 lugares, recursos audiovisuais e sistema de teleconferência. São nove salas de aula, todas com quadro branco, projetor multimídia e computador do docente, ar-condicionado e apontador automático de lápis.

Há, também, duas salas multiuso, usadas para reuniões, cursos e trabalhos que necessitem metodologias colaborativas e inovadoras. Com design leve e versátil, o mobiliário conta com mesas projetadas para se adaptar às constantes mudanças dos espaços educacionais. As salas dispõem de um computador e são também usadas para estudos, para a orientação de alunos da pós-graduação e para **interações de grupos de pesquisa**. (FA 1.1.2.f)

A Coordenação de Pós-Graduação, com 12 servidores efetivos e um estagiário, funciona em três salas no Cefor, totalizando 72 m<sup>2</sup>. Estão disponíveis, para uso administrativo, dez microcomputadores, uma TV 32", duas impressoras laser, sendo uma com impressão colorida e outra monocromática, ambas com recursos de digitalização de documentos. Todos os computadores estão conectados à Internet pelo sistema banda larga da Câmara dos Deputados.

O Cefor dispõe de dois geradores de energia, cada um com potência de 750 KVA, capacidade para 1.100 litros de combustível (óleo diesel), com autonomia de 30 horas. Há também uma lanchonete escola do SENAC que oferece alimentação completa para café da manhã, almoço e lanches, além de copa/refeitório com 14 lugares. Possui, ainda, um setor de reprografia com máquinas para produção de grandes volumes de material. Em caso de necessidade, pode-se recorrer à Gráfica da Câmara dos Deputados, que tem condições de fornecer serviços gráficos com mais recursos.

É importante ressaltar que o Cefor, enquanto órgão da Câmara dos Deputados, conta com toda a infraestrutura da Casa, que abrange uma área total superior a 150.000 m<sup>2</sup> de área construída com auditórios de múltiplos tamanhos (em destaque o Auditório Nereu Ramos, com mais de 300 lugares), salas diferenciadas, espaços de convivência, restaurantes, lanchonetes, etc. Ressaltam-se os serviços de Eventos e Cerimonial e de Áudio e Vídeo, que dão suporte aos eventos de maior porte do Cefor, e o apoio da Secretaria de Comunicação Social, que com os veículos de rádio, TV e jornalismo contribuem para a disseminação de informações para a comunidade.

O prédio do Cefor conta ainda com caixa eletrônico, sistema de segurança com câmeras de vídeo, foyer para realização de coquetéis e confraternizações, área de convivência com 160 m<sup>2</sup>, ao ar livre, iluminado e climatizado com cascata, para a realização de atividades como oficinas, socialização e integração.

## **INTEGRAÇÃO COM A GRADUAÇÃO**

### **Indicadores de integração com a graduação**

O Cefor, por suas características de escola de governo, não oferece graduação, porém, mantém o Programa de Estágio Profissional que atualmente oferece 244 vagas de estágio, em diversas áreas de conhecimento, para estudantes de 9 instituições conveniadas que já tiverem cursado mais da metade do curso. Esses estudantes são alocados em áreas técnicas da Câmara, onde são orientados e supervisionados por profissionais de nível superior, e podem participar de cursos ofertados pelo Cefor em sua área de atuação. Além disso, podem participar do Programa Estágio Cidadão, ofertado em duas edições anuais, que busca prover conhecimentos sobre o papel do Legislativo e desenvolver atitudes positivas com relação ao exercício da cidadania ativa. O Programa de Estágio Profissional prevê uma cota de 10% de vagas para estudantes com deficiência, que têm prioridade no processo de recrutamento e seleção. Existe uma proposta de Ato da Mesa para se contratar agente integrador, o que possibilitará a ampliação de acesso do programa de estágio a estudantes de outras IES do Distrito Federal.

Além disso, o Cefor oferta programas com até 40 horas de imersão, com o objetivo de estimular a participação democrática e cidadã de estudantes universitários (e do ensino médio) e de proporcionar uma oportunidade para se acompanhar de forma interativa a atividade da Câmara dos Deputados.

Os programas permitem o engajamento dos jovens brasileiros nos assuntos em pauta no Parlamento, propondo uma dinâmica de aprendizado fundada no protagonismo dos estudantes e na busca ativa do conhecimento, baseando-se no acompanhamento dos debates, das votações e decisões e nas matérias em andamento nas comissões, audiências públicas e no Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados. Também são realizadas simulações de situações cotidianas do processo legislativo, de forma a instigar os participantes a discutirem problemas reais e apresentarem propostas de projetos de lei.

Em 2018, foram realizadas 4 edições do Programa Estágio Participação, com 177 estudantes de diversas regiões brasileiras. O objetivo era estimular a participação democrática e cidadã de universitários por meio de atividades, sobre o Legislativo, que envolveram a produção de conteúdos em meio digital e que deveriam ser postados em suas redes sociais. Em 2019, o Estágio Participação foi reformulado e direcionado para atender às demandas de formação de educadores. Promoveram-se 3 edições destinadas a professores de escolas públicas da Educação Básica e para o ecossistema de educação para a democracia (assembleias, câmaras municipais e outras instituições relacionadas à educação), com a participação de 143 educadores de todas as regiões do Brasil.

O programa Estágio Visita tem o objetivo de apresentar aos participantes o Processo Legislativo e as instâncias da Câmara dos Deputados e do Poder Legislativo responsáveis por sua execução. Em 2018/2019 aconteceram 9/8 edições com 533/528 estudantes de diversos estados da federação

Proposta da Coordenação de Pós-Graduação encontra-se em tramitação no sentido de serem estabelecidos convênios e parcerias com Instituições de Ensino Superior do DF, de modo que se crie um Programa de Iniciação Científica com alunos dessas instituições. O objetivo consiste em aproximar alunos de graduação das atividades de pesquisa em desenvolvimento no Programa de Mestrado. A proposta já foi encaminhada e está sendo apreciada pelas instâncias superiores da Casa, com boa probabilidade de aprovação no ano de 2020.

### **Estágio de docência**

O Ato da Mesa n. 206, de 08/11/2017, que institui e regulamenta o serviço voluntário no âmbito da Câmara dos Deputados, abriu a possibilidade para que servidores, ex-servidores e membros da sociedade prestem, voluntariamente, serviços nas áreas de educação, cultura, saúde, segurança ou desporto. Acredita-se que esse seja um primeiro caminho para se estabelecer o Estágio de Docência no Programa de Mestrado. Está em estudo a possibilidade de se estabelecer o Estágio de Docência como requisito para futuros processos seletivos de docentes.

## **INTEGRAÇÃO COM A SOCIEDADE/MERCADO DE TRABALHO (MESTRADO PROFISSIONAL)**

### **Indicadores de integração**

O Programa de Mestrado Profissional em Poder Legislativo tem dentre os seus objetivos específicos (ver item “Objetivos”), o de formar quadros altamente qualificados, voltados à análise e à reflexão crítica sobre o Poder Legislativo em suas dimensões organizativa, funcional, política e institucional, bem como o de aprimorar a atuação do Poder Legislativo por meio da profissionalização de seus servidores e de outros cidadãos que atuem junto ao Parlamento. Para alcançar essas metas, o Programa tem foco na entrega de resultados para a sociedade, para órgãos do Poder Legislativo e demais órgãos da Administração Pública.

Em 2019, 313 alunos cursaram disciplinas do Mestrado, um incremento de 63% em relação ao ano anterior. Dentre eles, havia discentes provenientes de instituições como Senado Federal, Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Federal (STF), Ministério Público, Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e da iniciativa privada (consultorias, advogados, jornalistas). Essa miscigenação forma uma rede de conhecimento que vai além da Câmara dos Deputados, promovendo o aprimoramento do trabalho na área do Poder Legislativo e em áreas relacionadas, o que resulta na entrega de benefícios à sociedade, público-alvo da atividade legislativa, com **impacto social e inserção regional (FA 1.4.1, 3.2.1)**.

Ainda com foco na criação de produtos voltados ao aperfeiçoamento da atividade legislativa e ao desenvolvimento da sociedade, o PPG-Cefor elaborou o Guia de Modalidades de Trabalhos de Conclusão de Curso para o Mestrado Profissional em Poder Legislativo, que detalha as modalidades de TCC indicadas pela Capes, na Portaria Normativa nº 17/2009 do Ministério da Educação, e pelo Regulamento do Mestrado, no Ato da Mesa nº 54/2015 da Câmara dos Deputados (<https://bit.ly/3e7cWzt>). O objetivo é incentivar discentes e docentes a adotarem **formatos equivalentes (FA 3.1.1)** de TCC, que não somente o da dissertação, como softwares, materiais didáticos e até Projetos de Lei (categorizado como projeto técnico), de forma a gerar resultados mais efetivos para a Instituição e para a integração desta com a sociedade. As modalidades foram discutidas em Colegiado e apresentadas aos alunos regulares, o que despertou maior interesse na diversificação das pesquisas e do produto final do curso, como, por exemplo, o módulo de software do robô digital Ulysses, já mencionado, que usa inteligência artificial para a tradução de textos legislativos. A partir desse Guia, houve a reclassificação de TCCs anteriormente definidos como dissertações e a apresentação de projetos de software e produto de mídia como possibilidades de defesas.

Acordos de cooperação e convênios também têm sido intensificados no sentido da integração com a sociedade e com o mercado de trabalho. Os dois últimos cursos lato sensu abertos pelo Programa de Pós-Graduação do Cefor são exemplos dessas parcerias (**FA 3.3.2**). No mês de abril de 2018, em conjunto com o Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal (ILB), o Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União (ISC/TCU) e o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent (ILANUD/ONU), foi lançado o curso Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos. O público-alvo foram os servidores e membros da Câmara, do Senado e do TCU, além de representantes dos poderes Executivo e Judiciário. O curso foi encerrado em novembro de 2019, com 31 alunos formados. Seguindo esse exemplo, em agosto de 2018 teve início o curso de Especialização em Avaliação de Políticas Públicas, em parceria com o ILB/Senado e o ISC/TCU, para 42 alunos. Com um total de 73 alunos, essas iniciativas contribuem para o aperfeiçoamento dos profissionais da área, ampliam a rede de contatos de alunos e docentes e incentivam profissionais da área legislativa a continuarem seus estudos no Mestrado Profissional em Poder Legislativo.

Ademais, no âmbito dos órgãos da Administração Pública, o Cefor/Câmara dos Deputados participa da Rede Nacional de Escolas de Governo (FA 3.3.2), constituída por 262 instituições governamentais, cujo objetivo é aumentar a eficácia dessas instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e nos três poderes, ao tempo em que busca incentivar o compartilhamento de conhecimentos e trabalhos em parceria. Participa, também, do Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU), que reúne 21 escolas de órgãos como Tribunal de Contas da União, Senado Federal, Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF), Universidade do Banco Central (Unibacen), etc (FA 3.3.2). Essa parceria, formalizada em Protocolo de Cooperação específico, permite a promoção conjunta de eventos, participação em projetos de pesquisa coletivos e outras atividades correlatas (FA 1.3.1).

Embora não seja atualmente associado, o Cefor têm participado regularmente, por meio de sua Diretora e Pró-Reitora do Programa de Pós-Graduação e outros técnicos de áreas correlatas, dos encontros promovidos pela Associação Brasileira das Escolas do Legislativo – ABEL, que reúne representantes de mais de 200 (duzentas) escolas de parlamentos estaduais e municipais e de tribunais de contas da União e dos Estados. O objetivo é compartilhar conhecimentos e melhores práticas, realizar o intercâmbio de experiências e tratativas de cooperação e fomentar o desenvolvimento institucional dos parlamentos, nas três esferas da Federação. No mesmo sentido, foi firmado em abril de 2018 o Acordo n. 2018/042.0, com a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais - UNALE, objetivando a promoção de cooperação educacional e técnico-científica entre os partícipes. A cada ano, realizam-se 2 (dois) encontros da ABEL em cidades e regiões diferentes do Brasil, com participação de 50 escolas, em média, e um terceiro, paralelo ao encontro anual da Unale, no qual diversos órgãos da Câmara dos Deputados se fazem presentes. Observa-se a cada edição o incremento da relevância do evento para a união e interação entre parlamentos.

Acordo envolvendo o MPPL e a Presidência da República propõe formações *lato sensu* e ofertas de cursos de capacitação promovidos pelas duas instituições. Há parcerias, também, com instituições de ensino superior em grupos de pesquisa, como a Universidade de Brasília, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal da Bahia, a Fundação Getúlio Vargas e o IESP-UERJ.

### **Estágios profissionais**

Não há previsão de estágio profissional dos alunos do MPPL na medida em que o Congresso Nacional é o *locus* de oportunidades para o aprendizado das práticas e aplicação das teorias discutidas no decorrer do curso. Importante destacar que o corpo discente do curso, em sua maioria, é composto de pessoal oriundo das casas legislativas e de instituições afins, com acesso facilitado às atividades finalísticas do Parlamento.

### Intercâmbios Nacionais

Com vistas a intensificar a parceria e a integração com programas de Ciência Política e Relações Internacionais, foram realizados intercâmbios de experiências acadêmicas entre os docentes do Programa com os de outras instituições de ensino.

O Acordo de Cooperação Acadêmica estabelecido em 2018 entre o Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Cefor e o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) continuou a render frutos no ano passado (FA 3.3.2): (1) em julho de 2019, o Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz (Cefor) e a Profa. Dra. Cristiane Brum Bernardes (Cefor) ministraram, respectivamente, as disciplinas “Modelos de Regressão Multinível” e “Relações entre Mídia e Política na Análise de Discurso” do programa Modus (Curso Intensivo em Metodologias de Pesquisa em Ciências Sociais da UFMG) (<https://bit.ly/2xYkT9v>); (2) em contrapartida, o Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça (UFMG) atuou como docente na disciplina “Análise Qualitativa Aplicada a Estudos Políticos”, do PPG-Cefor, e o Prof. Dr. Manoel Leonardo Santos (UFMG) ministrou a aula magna de abertura do segundo semestre do PPG-Cefor, cujo tema “Poder Legislativo: novos olhares” é o mesmo do dossiê da revista Teoria & Sociedade (V. 26, N. 2 - 2018), organizado pelos professores doutores Antônio Teixeira de Barros (Cefor) e Manoel Leonardo Santos (UFMG); (3) em setembro de 2019, foi lançado durante a X Jornada de Pesquisa e Extensão o livro “Presidencialismo de Coalizão em Movimento”, editado pelas Edições Câmara e organizado pelos professores doutores Giovana Dal Bianco Perlin (Cefor) e Manoel Leonardo Santos (UFMG).

Em maio de 2019, o PPG-Cefor, em apoio à participação de eventos acadêmicos e de pesquisa (FA 1.3.1.c.III), sediou mesa de debates do 8º Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política – COMPOLÍTICA8, evento organizado em parceria com o Senado Federal, Universidade de Brasília e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD). A Mesa intitulada “Parlamento digital, Comunicação e engajamento político” contou com três docentes do MPPL, dois como palestrantes (professores doutores Cristiano Ferri Soares de Faria e Cristiane Brum Bernardes) e um como mediador (Prof. Dr. Antônio Teixeira de Barros), além da presença da professora Dra. Maria Helena Weber (UFRGS).

Em julho de 2019, o Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz esteve em visita técnica ao PPG da Escola de Guerra Naval – EGN, com o propósito de identificar possíveis ações de parceria e de apresentar a ferramenta Extrato Lattes, com a respectiva transferência de tecnologia àquela instituição, de forma gratuita (FA 1.3.1.c.I).

Como atividades de intercâmbio no âmbito das pesquisas acadêmicas, destaca-se o grupo de pesquisa “Parlamento e sociedade: representação política, participação e controle social”, coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Teixeira de Barros (Cefor) e composto por alunos do MPPL, servidores da Câmara dos Deputados e pesquisadores do Ministério Público Federal, do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) e do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará (UFC).



Pesquisadores da UnB também participam de outros grupos de pesquisa certificados pelo Cefor no DGP/CNPq, como “Parlamento Digital: um inventário das experiências de Parlamento Digital”, coordenado pelo Prof. Dr. André Rehbein Sathler Guimarães (Cefor), e “Discursos e projetos de mudança social”, coordenado pelo Prof. Dr. Julio Roberto de Souza Pinto (Cefor).

Além disso, a Profa. Dra. Terezinha Elisabeth da Silva (Cefor) desenvolve atividades de pesquisa e docência junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI-UEL). No período 2017 a 2019 participou, naquela universidade, de atividades relativas a seu grupo de Pesquisa “Interfaces contemporâneas da Política de Informação” e em 2017 ministrou o curso de extensão Políticas de Informação. No período de 2015 a 2019 a docente coordenou os trabalhos do GT-5 “Política e Economia da Informação”, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB).

Em paralelo aos intercâmbios realizados em grupos de pesquisa do Cefor, três docentes permanentes do Mestrado Profissional em Poder Legislativo integram o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD) – Prof. Dr. André Rehbein Sathler Guimarães, Profa. Dra. Cristiane Brum Bernardes e Prof. Dr. Antonio Teixeira de Barros. O INCT-DD é composto por uma rede de pesquisadores e universidades que reúne e coordena capacidade instalada em alto nível científico para atuar nos mais diversos campos da democracia e do governo digitais, abrigando 51 professores-pesquisadores brasileiros e 36 professores-pesquisadores estrangeiros de 20 Programas de Pós-Graduação (stricto sensu) brasileiros nas áreas de Comunicação, Ciência Política, Administração, Direito, Ciência da Computação e Interdisciplinar. Durante o ano de 2018, os docentes do Cefor participaram da elaboração do Programa de Treinamento Profissional em Parlamento Digital/INCT-DD, ministrado durante o ano de 2019 por meio de parceria entre Cefor, UFMG, Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal da Bahia (UFBA).

### **Intercâmbios Internacionais**

O Cefor/Câmara dos Deputados tem realizado ações de intercâmbio com instituições internacionais. Em abril de 2018, como parte de tratativas para futuro convênio na esfera acadêmica com a Universidade de Salamanca (Espanha), o Diretor do Programa de Pós-Graduação do Cefor e docente permanente do Programa de Mestrado, Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz, recebeu a visita do Prof. Dr. Ricardo Muñoz Singi, embaixador daquela universidade. O avanço das negociações resultou na formalização de protocolo de intenções encaminhado àquela universidade em fevereiro de 2020, com o apoio da Embaixada do Brasil em Madri Espanha em Brasília, e aguarda as tramitações finais, interrompidas pelo estado de isolamento decorrente da pandemia COVID-19.

Intercâmbio internacional também em curso é o realizado por meio de participação em grupos de pesquisa. A exemplo dos intercâmbios nacionais descritos anteriormente, pesquisadores da University of Leeds (Reino Unido), da Duke University (EUA) e do Luther College (EUA) atuam em grupos coordenados por docentes do Programa de Mestrado. Dessa forma, a pesquisa conjunta amplia a rede de contato

dos docentes e produz conteúdo e experiência acadêmica para nossos discentes, também membros dos grupos.

Como exemplo, o Prof. Dr. Cristiano Ferri Soares de Faria (Cefor) tem ampla atuação junto a outras instituições internacionais, como: professor convidado para a formulação de cursos e participação em aulas na School of Collective Intelligence, Mohammed VI Polytechnic University, Marrakesh, Marrocos (2019); professor colaborador no Programa de Crowdlaw da GovLab da Universidade de Nova York, desde 2016; membro do Conselho Consultivo do Directorio Legislativo, think-tank argentino com incidência em toda América Latina em projetos relativos ao desenvolvimento democrático, transparência e políticas públicas (2019-2020) (FA 3.2.1.a); pesquisador associado do Massachusetts Institute of Technology at Sloan School of Management, Center of Collective Intelligence, desde setembro 2019; colaborador e consultor do Projeto Congresso Virtual de participação digital do Congresso Nacional chileno (2019/2020). O Prof. Cristiano Ferri também articulou, em 2019, ação de mobilidade internacional para estudantes (FA 3.3.1) junto à Harvard University, na qual o seu orientando Carlos Antônio Pomagersky Jr. foi aceito para período sanduíche (FA 3.2.1), onde executou plano de pesquisa intitulado “Comparative Analysis of Laws Adopted in the United States and Brazil for Data Security”, sob a supervisão do Prof. Vitelio Brustolin (Ph. D), Pesquisador Cientista da Harvard Law School (<https://scholar.harvard.edu/brustolin/home>).

A Profa. Dra. Cristiane Brum Bernardes também tem ampla atuação em redes de pesquisa internacionais, participando dos seguintes projetos e centros (FA 1.2.2.c): “A Global Comparative Ethnography of Parliaments, Politicians and People: representation, relationships and ruptures”, projeto de pesquisa iniciado em setembro de 2019 e liderado pela professora Emma Crewe (PhD), do Departamento de Antropologia e Sociologia da SOAS (School of Oriental and African Studies) da Universidade de Londres, financiado pelo European Research Council; Centro para Engajamento Democrático (Centre for Democratic Engagement) da Escola de Política e Estudos Internacionais (POLIS) da Universidade de Leeds, criado pela professora Cristina Leston-Bandeira (PhD) e especializado em engajamento político e participação democrática, com financiamento da própria universidade e de órgãos financiadores externos; o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD), composto por 20 instituições brasileiras e 23 centros internacionais, com financiamento do CNPq e coordenado pelo professor Dr. Wilson Gomes (UFBA). São também membros do INCT.DD os professores doutores do MPPL André Rehbein Sathler Guimarães, Malena Rehbein Rodrigues Sathler, Cristiano Ferri Soares de Faria e Antonio Teixeira de Barros.

A professora Cristina Leston-Bandeira, coordenadora do Centro para Engajamento Democrático da UNIVERSIDADE DE LEEDS, foi acolhida como professora visitante pelo PPG-Cefor (FA 3.3.1), por período de 30 dias, para atividades de pesquisa e de integração com docentes, discentes e pesquisadores do Cefor, além de outros servidores e gestores da Câmara dos Deputados. Nesse tempo, a professora ministrou a palestra “Parlamento Digital: ações no Brasil e na Europa” juntamente com a professora Cristiane Brum Bernardes

(<https://www.youtube.com/watch?v=7maSgkICQRc&t=5789s>), visitou as dependências da Câmara, conheceu pessoas e trocou experiências. Em reunião com a Coordenação de Educação para a Democracia e outros servidores do Cefor, apresentou sua pesquisa sobre programas de educação política para jovens, com registros sobre as escolas legislativas do País de Gales, Grã-Bretanha, França, Portugal, Irlanda do Norte, União Europeia e outras. Aproveitou a ocasião para coletar informações sobre o programa Parlamento Jovem Brasileiro, do Cefor.

O Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz é membro da organização do Congresso Panamericano de Intercâmbios em Assistência Médica (Pan American Health Care Exchanges & Global Medical Engineering Physics Exchanges), que é um fórum para a discussão de **políticas públicas** (FA 3.3.2) de cuidados do paciente e desenvolvimento tecnológico em saúde, tendo sido sediado em diversos países (Estados Unidos, México, Colômbia, Espanha, Portugal etc). Em 2019, o evento foi sediado em Buenos Aires/Argentina (<https://gmepe.org/P7Summ19enpF.htm>).

A Profa. Dra. Ana Lúcia Henrique Teixeira Gomes (Cefor), docente colaboradora do Mestrado até o final de 2019, é membro da IPSA (International Political Science Association), integrando o Grupo (RC) 34 intitulado Quality of Democracy. Além disso, também participa das pesquisas da LASA (Latin American Studies Association) e da APSA (American Political Science Association). Em maio de 2019, a convite da Profa. Ana Lúcia, a juíza americana aposentada Sandra Walker ministrou no Cefor a palestra “Juízes Fazendo Política? Uma experiência de sucesso nos EUA” (<https://bit.ly/2K4f9Ot>). Sandra Walker acumulou experiência em campanhas eleitorais para o Partido Democrata nos EUA, em especial na atuação junto a outras juízas negras eleitas no estado de Ohio. A Profa. Ana Lúcia conheceu a juíza quando participou de um treinamento do Partido Democrata de Cleveland (Ohio/EUA) durante o período eleitoral das mid-term primárias (FA 3.3.1), entre os meses de abril e maio de 2018.

A cooperação com organismos internacionais também é valorizada e mantida pelo Cefor/Câmara dos Deputados, a exemplo do já mencionado curso lato sensu em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, lançado em parceria com o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent (ILANUD/ONU), Senado Federal e Tribunal de Contas da União, e da parceria com a União Interparlamentar para pesquisas na área de inteligência artificial, dados abertos interparlamentares e governança em tecnologia de informação para parlamentos.

O Cefor/Câmara dos Deputados também faz parte de um grupo significativo, a Associação de Parlamentos de Língua Portuguesa, cujos membros têm reuniões sistemáticas. Em 2018, representantes da Assembleia da República de Moçambique visitaram as instalações do Cefor e do Programa de Pós-Graduação para recolher informações e exemplos para a estruturação de um Centro de Formação e Capacitação de seus funcionários.

### Indicadores de Solidariedade e Nucleação

Com a característica de ser um Programa inovador no Brasil e, especialmente, no Poder Legislativo, o MPPL tem preocupação constante com a integração e a cooperação com outros cursos da área de Ciência Política e Relações Internacionais. A troca de experiências de docência com o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), já explicitada no campo “Intercâmbios nacionais”, é um exemplo dessa relação profícua para ambas as instituições e do forte potencial para nucleação. Docentes do programa também têm participado de bancas de mestrado e doutorado em outras Instituições, notoriamente a Universidade de Brasília (UnB), bem como têm sido convidados docentes de outras Instituições para as bancas de qualificação e defesa já realizadas, como da própria UnB, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da Universidade Católica de Brasília (UCB), do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), da Câmara Legislativa do DF e do Senado Federal, entre outros.

Outra experiência que merece destaque é o Doutorado Interinstitucional em Ciência Política, em parceria com o IESP-UERJ. Em 2019 foram finalizadas as defesas da segunda turma do Dinter, decorrente de nova parceria firmada em 2014, com 13 novos doutores titulados.

A já mencionada parceria entre a Câmara, Senado, TCU e ILANUD/ONU, com oferta de curso lato sensu, foi tida como o primeiro passo para a instalação de uma Universidade da ONU no Brasil. Thomas Stelzer, embaixador da Áustria em Portugal, conselheiro junto à União Europeia e ex-Secretário Geral Adjunto da ONU, considerou a pós-graduação em Justiça Social, em discurso à época de seu lançamento, como “um dos mais importantes projetos acadêmicos institucionais” (<https://bit.ly/3c683Vs>).

Ressalta-se, por fim, os chamados do PPG-Cefor para elevação de Grupos de Pesquisa e Extensão da Câmara dos Deputados à categoria “permanente”. Dessa forma, o Programa incentiva a manutenção de pesquisas contínuas e estruturadas coordenadas por docentes do Mestrado, em sua maioria com participação de pesquisadores de outras instituições.

### Acompanhamento de Egressos

O curso de Mestrado formou, até 2019, 74 egressos. Desde 2015, com a titulação dos primeiros mestres, o Programa de Pós-Graduação tem estimulado a participação dos egressos por meio de convites para atuação em docência de cursos lato sensu, orientação de TCCs, participação em bancas de defesa de TCC, coordenação de mesas temáticas na Jornada de Pesquisa e Extensão (evento anual), publicação de artigos na Revista E-Legis, participação na Comissão Própria de Avaliação e em Grupos de Pesquisa e Extensão.

Em 2019, dando continuidade à reestruturação do processo de acompanhamento de egressos iniciada no ano anterior, um novo ciclo de avaliação foi implantado, baseado em **sistemática de escuta de alunos egressos sobre o processo formativo (FA 1.4.1)**,

consistindo de survey anual com os egressos (<https://bit.ly/2VjAecV>); criação de perfil institucional na rede social LinkedIn (<https://www.linkedin.com/company/37902993>), para o intercâmbio de experiências profissionais e acadêmicas (Rede AMPLIAR); promoção de encontros semestrais (evento AMPLIAR) para a reunião de egressos, docentes, alunos regulares e especiais; comunicação periódica por newsletter; e estímulo à atualização do currículo Lattes dos egressos por chamado direcionado e envio do Extrato Lattes. Vale ressaltar que diversos egressos do programa ocupam, atualmente, posição de destaque na Câmara dos Deputados, como o caso da Chefe de Gabinete da Presidência (Cássia Regina Ossipe Martins Botelho), da ex-Chefe de Assessoria Técnica da Diretoria-Geral (Lília Ribeiro Fernandes) e do atual (Daniel Borges de Moraes), e em outras instituições, como o Banco Mundial (Candyce Da Cruz Rocha), Senado Federal (Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt) etc. A pesquisa de 2019, enviada a 63 egressos, abrangeu questões sobre os impactos profissionais, acadêmicos, pessoais e sociais decorrentes da participação no Mestrado. Contou com 41 respondentes, dentre os quais 68,3% afirmaram ter tido ascensão na carreira após o ingresso no MPPL.

### **Visibilidade**

O Cefor apresenta característica singular: é uma escola de governo, inserida no próprio Parlamento, cujo Programa de Pós-Graduação oferece um Mestrado Profissional em Poder Legislativo – o único no Brasil com essa temática. Assim, o Cefor vem se consolidando como centro de referência de estudos sobre o Poder Legislativo e já é ponto de convergência para pesquisadores, funcionários das casas legislativas (Câmara, Senado e assembleias) e de outros órgãos públicos, entidades representativas do setor privado e da imprensa.

Para melhor informar a sociedade e a comunidade acadêmica, o Programa de Pós-Graduação reformulou seu site nos anos de 2018 e 2019 (disponível em <http://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao>). A página, hospedada dentro do portal da Câmara dos Deputados, passou por uma reestruturação com objetivo de organizar as informações de acordo com os interesses dos públicos-alvo, facilitar o acesso a documentos e informações relevantes sobre o programa e informar a comunidade acadêmica sobre as atividades desenvolvidas em nossos cursos. O site foi dividido em sete categorias: Mestrado em Poder Legislativo, Cursos de Especialização, Pesquisa Acadêmica, Publicações, Eventos, Avaliação e Normas e Regulamentos (FA 3.3.3).

Na primeira, há informações sobre o curso de Mestrado Profissional (histórico e classificação atual), as linhas de pesquisa estudadas, a estrutura curricular, os processos seletivos anteriores e em andamento, orientações sobre matrícula, corpo docente e corpo discente, atualização de calendários e planos de disciplinas, banco com TCCs aprovados e atas das reuniões do Colegiado. Além disso, um item especialmente importante é o de “Orientações aos discentes”, pois concentra em um só lugar informações como o fluxo sugerido do curso, regulamentação para atividades complementares, manual de produção acadêmica, diretrizes e modelos para qualificação e TCC, apontamentos e manual de preenchimento do currículo Lattes e ata das reuniões gerais promovidas semestralmente com os alunos regulares. Em 2019

foi idealizado o Canal do Aluno, uma página de fácil acesso com as informações de interesse do aluno, incluindo a possibilidade de atendimento personalizado, com agendamento de dia e hora, para resolver dúvidas e pendências, prestar informações detalhadas sobre a situação do aluno no curso, como créditos concluídos e faltantes, prazos para qualificação e defesa, enfim, todos pontos de atenção para o bom andamento do curso. A implantação desse serviço deve ocorrer em 2020 (FA 3.3.3).

Também cabe ressaltar que os projetos de pesquisa envolvendo docentes e discentes do Mestrado estão disponíveis nos itens “Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs)” e “Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq”, ambos na categoria Pesquisa Acadêmica. Há a divulgação da revista eletrônica E-Legis e de livros editados pelo Programa na categoria Publicações. Em Eventos, é possível encontrar dados sobre as Jornadas de Pesquisa e Extensão já realizadas, assim como sobre aulas inaugurais dos semestres letivos, palestras e cursos de extensão. Os normativos federais e as normas gerais do Programa de Pós-Graduação e do curso de Mestrado estão listadas e disponibilizadas na categoria “Normas e Regulamentos”.

Por fim, em Avaliação, há dados estatísticos atualizados sobre o Programa de Pós-Graduação, informações sobre a Comissão Própria de Avaliação, os relatórios anuais fornecidos na avaliação quadrienal da Capes e as ações relativas à autoavaliação do Programa. Aí se incluem relatórios técnicos, como o de levantamento de temáticas de TCCs, já citado anteriormente, e os critérios de seleção e enquadramento do corpo docente.

Os eventos realizados ao longo do ano são outro ponto crucial para difundir informações sobre o Programa e suas atividades. No decorrer de 2019, foram realizados 22 eventos abertos à comunidade acadêmica e a participantes externos ao Programa, com público total de 1.372 inscritos. Dentre eles, salientam-se as aulas inaugurais dos dois semestres letivos, proferidas pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, e pelo Prof. Dr. Manoel Leonardo Santos (UFMG). Também teve grande relevância a palestra internacional ministrada pela juíza Sandra Walker, sobre as campanhas eleitorais para o Partido Democrata nos EUA, em especial a atuação junto a outras juízas negras eleitas no estado de Ohio. Merecem menção as palestras realizadas por egressos do PPG-Cefor, que adaptaram seus resultados acadêmicos para um formato de divulgação científica que atraiu públicos diversos, externos ao Programa. Sobre divulgação científica e visibilidade da pesquisa, o Prof. Dr. André Sathler ministrou palestra no evento Ampliar de novembro de 2019.

Destaca-se, ainda, a Jornada de Pesquisa e Extensão, organizada anualmente pelo Programa de Pós-Graduação, que tem se consolidado como um espaço de discussão de ideias a respeito do Parlamento brasileiro, disseminando o conhecimento que é produzido no âmbito do Mestrado, das especializações e dos grupos de pesquisa da Câmara dos Deputados, bem como aquele produzido por outros órgãos parceiros e interessados como o Senado Federal, o TCU, a Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Minas Gerais, entre outros. A cada ano, observa-se crescente participação de pesquisadores de todo o país, oriundos de estados como Pará, Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 2019 foi realizada a X Jornada de

Pesquisa e Extensão, com o tema “Legislativo Digital: desafios para os novos caminhos da democracia”. O evento reuniu cerca de 200 participantes e 47 trabalhos de pesquisa tratando de questões relativas a parlamento digital, parlamento aberto, educação política e gestão legislativa, inteligência artificial e ciência de dados, entre outros. O evento ocorreu pela segunda vez em parceria com outra área da Casa, a Diretoria de Tecnologia e Inovação (Ditec/Câmara dos Deputados). A parceria inovadora trouxe palestras e discussões que envolveram as áreas de ciência da computação e de dados ligadas à ciência política e ao Poder Legislativo, ampliando o público e a visibilidade do Programa.

Por fim, quanto às publicações, destaca-se a revista eletrônica E-Legis (ISSN: 2175-0688), publicada desde 2008 sob a responsabilidade do Programa de Pós-Graduação do Cefor, em que são divulgados resultados de pesquisa voltados para temas relevantes sobre o Legislativo. Atualmente classificada no estrato B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais, está indexada na base de dados Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal) e em processo de aceitação nas bases de dados Redalyc (Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal), Clase (Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades ) e Doaj (Directory of Open Access Journals). Também vem empreendendo ações visando sua indexação na base de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online), como a disponibilização dos artigos publicados a partir de 2017 em três idiomas (português, inglês e espanhol) (FA 3.3.1) e a aquisição do DOI (Digital Object Identifier), que é um identificador único a ser atribuído a todos os artigos já publicados na revista, aumentando a visibilidade da Revista e do Programa (FA 3.3.3). Em 2019, a revista eletrônica E-Legis alcançou seu 33º número, chegando ao total de 250 artigos publicados e cerca de 160 mil downloads acumulados.

## INSERÇÃO SOCIAL

### Inserção Social

Por ser um Programa voltado para o estudo do Poder Legislativo, a inserção social é parte central dos impactos esperados. A comunidade acadêmica do Programa participa ativamente da atividade política, acarretando repercussões na sociedade. Nossos discentes atuam em diversas áreas, levando os conhecimentos adquiridos e discutidos no âmbito acadêmico para a administração das casas legislativas, gabinetes parlamentares, consultorias legislativas, imprensa, sociedade civil organizada, entre outros. Um exemplo do reflexo das pesquisas do programa na sociedade é o aplicativo “Monitora, Brasil!”, desenvolvido com a participação de um dos egressos do Mestrado, Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel, cujo TCC abordou os dados governamentais abertos. O aplicativo Monitora, Brasil! é uma ferramenta grátis que possibilita a qualquer pessoa pesquisar e monitorar o que os Deputados Federais e Senadores estão fazendo na Câmara dos Deputados e no Senado. No período eleitoral de 2018, ganhou ampla divulgação em jornais e sites, chegando a mais de cem mil downloads.

Outro reflexo da relevância, da inserção regional e do caráter inovador dos TCCs produzidos no MPPL (FA 1.3.1.c.i, 1.4.1, 3.1.1, 3.2.1), foi o convite, em janeiro de 2019, da produtora do programa Academia, da TV Justiça, para que a aluna egressa do MPPL, Maisa Martins de Toledo Nassar de Oliveira, participasse de debate sobre sua dissertação de mestrado intitulada O LOBBY INSTITUCIONAL PÚBLICO NO PROCESSO POLÍTICO-LEGISLATIVO: O CASO ANATEL. O programa Academia funciona como uma banca acadêmica e trata de temas polêmicos e inovadores relacionados ao universo jurídico, que são debatidos por meio de teses e dissertações. Essa ocasião também contou com a participação do Prof. Dr. André Rehbein Sathler Guimarães, docente permanente do MPPL. (<https://www.youtube.com/watch?v=pvvpXMyATPE>)

Novamente merece destaque o TCC do aluno Eduardo Mello, cujo módulo de tradução automática de textos legislativos alcançou inserção e impacto econômico-social global (FA 1.4.1, 3.1.1, 3.2.1.a, 3.2.1.b, 3.3.1). Importante mencionar que após a conclusão do mestrado, o aluno foi aceito pela Universidade de Lisboa para curso de doutorado na área de Ciência da Computação, onde pesquisa a otimização de redes neurais para o processamento de linguagem natural, com vistas ao aperfeiçoamento do robô Ulysses.

Nossos docentes, além de coordenarem grupos de pesquisa voltados para as atividades legislativas, também atuam de forma ativa na Câmara dos Deputados, ocupando cargos da alta hierarquia como o de Secretário-Geral da Mesa e Secretário de Controle Interno, além de atuarem como consultores legislativos, no assessoramento direto a parlamentares. No ano de 2018, o Prof. Dr. Nelson Gomes dos Santos Filho (Cefor), docente permanente do Mestrado, foi convidado a integrar o Governo do Distrito Federal como Secretário Adjunto de Projetos Estratégicos devido a sua experiência e pesquisa na área de Administração e Políticas Públicas.

No quadriênio, o Programa também ampliou sua inserção social oferecendo dois cursos de especialização em parceria com outros órgãos, como citado em itens anteriores: Curso de Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, que conta com alunos de várias instituições: Câmara dos Deputados, Senado, TCU, MPF, TRF 1ª Região, CNJ, Ministério da Justiça, Presidência da República e GDF; e Curso de Especialização em Avaliação de Políticas Públicas, com alunos das seguintes instituições: Câmara dos Deputados, Senado, TCU, Presidência da República, CGU e Secretaria do Tesouro Nacional.

Docentes do Programa também têm atuado como parte do corpo de professores de programas do Cefor focados na formação política de estudantes de nível médio ou superior, bem como de professores da educação básica, dentre os quais se destacam o Parlamento Jovem, Estágio-Visita, Estágio Participação, Estágio Cidadão etc (programas referenciados no item “Indicadores de integração com a graduação”) e o Programa Missão Pedagógica, referenciado a seguir.

### **Interfaces com a Educação Básica**

O Cefor coordena o programa Missão Pedagógica no Parlamento, que consiste em uma formação para educadores que acreditam ser a escola um espaço importante para a formação cidadã democrática e que desejam trabalhar temáticas como



cidadania, política, democracia e Poder Legislativo em suas escolas. O programa é destinado a professores regentes, coordenadores e orientadores de escolas públicas, nos ensinos fundamental e médio, com graduação concluída. Em 2019, o programa ofereceu 432 vagas do curso a distância “Educação para Democracia e o Parlamento”, com carga horária de 40 horas, para educadores de todo o país. Na etapa presencial, participaram 60 professores. Na terceira etapa foi oferecido o Módulo de Aplicação, a distância e com tutoria, duração de 50 horas, no qual se formaram 53 professores.

O Cefor coordena, também, o programa “Parlamento Jovem Brasileiro”, dirigido a estudantes do ensino médio. O programa busca disseminar conhecimento sobre o funcionamento da Câmara dos Deputados e propiciar aos jovens a vivência do processo político e democrático. Mais especificamente, a experiência dos Deputados Jovens do Parlamento Jovem Brasileiro, selecionados por estado, inclui elaboração de um projeto de lei durante uma Legislatura de cinco dias, em que simulam a jornada parlamentar na Câmara com diplomação, posse e exercício do mandato. Dessa forma, os estudantes têm a oportunidade de compreender a dinâmica do Poder Legislativo e compartilhar o aprendizado em suas escolas e estados de origem. Em 2019, foram 78 parlamentares jovens que participaram tanto da etapa a distância quanto da jornada, com apresentação de projetos de lei e aprovação em plenário.

A Câmara dos Deputados também coordena o programa Plenarinho, de caráter educativo, voltado para o universo infantil: crianças de 7 a 14 anos, pais e professores. Por meio de uma linguagem acessível e lúdica, o Portal Plenarinho (<https://plenarinho.leg.br/>) informa sobre o Poder Legislativo – elaboração de leis e atuação parlamentar –, política, democracia e organização do Estado. Outros temas sociais e educativos relacionados ao cotidiano infantil também são abordados, como saúde, meio ambiente, educação, convivência democrática, respeito à diversidade e lazer.

## INTERNACIONALIZAÇÃO

### Internacionalização

Além das atividades de internacionalização já descritas no campo de Intercâmbios internacionais, é importante destacar as estratégias da E-Legis (Revista do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados) de publicação de versões trilíngues (português, inglês e espanhol) dos volumes publicados a partir de 2017 (FA 3.3.1), já disponíveis, e da aquisição do DOI (Digital Object Identifier) para todos os artigos já publicados na revista, aumentando a visibilidade da Revista e do Programa (FA 3.3.3).

Novamente, destaque para o TCC do aluno Eduardo Mello, cujo módulo de tradução automática de textos legislativos que, além de compor o projeto “Ulysses – a inteligência artificial da Câmara dos Deputados”, também integra a Nuvem Interparlamentar de dados abertos da União Interparlamentar, da qual a Câmara dos Deputados se firmou como anfitriã, e abriu portas para a continuidade da pesquisa em curso de doutorado na Universidade de Lisboa.

Nesse contexto de internacionalização, o PPG-Cefor foi contemplado, em 2018, com a palestra do Prof. Pascal Perrineau, especialista em sociologia eleitoral e professor da Sciences Po (Instituto de Estudos Políticos de Paris), sobre “Eleições na França: um ano de Presidência de Macron”. O evento foi realizado em parceria com a Assessoria de Projetos e Gestão da Câmara dos Deputados e a Embaixada da França.

Também, o Prof. Dr. Fábio de Barros Correia Gomes (Cefor) e a Profa. Dra. Ana Lúcia Henrique Teixeira Gomes (Cefor), docente permanente e docente colaboradora do curso de Mestrado, representaram o Programa no 25th IPSA World Congress of Political Science, realizado em Brisbane, Austrália, em julho de 2018. A Profa. Dra. Ana Lúcia apresentou os trabalhos “Still Scratching the Glass Ceiling: Assessing two decades of incentives to women’s political career in the Brazilian Congress” e “Do Party Rules Matter for Electoral Integrity? Possible effects of the 2017 Brazilian Political Reform on Future Party Configurations in the Coming 2018 Elections”. O Prof. Dr. Fábio Gomes apresentou o trabalho “Path Dependencies and Differences in the Results of Universal Health Systems of Israel and Brazil” e atuou como debatedor no painel “Future Trends in Welfare Reforms”. Em 2019, vale destaque a palestra articulada pela Profa. Ana Lúcia, membro da IPSA e do grupo Quality of Democracy, da juíza americana aposentada Sandra Walker, sobre as campanhas eleitorais para o Partido Democrata nos EUA, em especial a atuação junto a outras juízas negras eleitas no estado de Ohio (FA 3.3.1).

Também merecem destaque as ações de internacionalização dos professores doutores Cristiano Ferri Soares de Faria, Cristiane Brum Bernardes e Fabiano Peruzzo Schwartz, além da visita ao PPG-Cefor da professora doutora Cristina Leston-Bandeira, já descritas na seção “Intercâmbios Internacionais” (FA 1.1.2.c, 3.2.1.a, 3.3.1, 3.3.2), e o período sanduíche do aluno Carlos Antônio Pomagersky Jr. na Universidade de Harvard (FA 3.2.1), onde executou plano de pesquisa intitulado “Comparative Analysis of Laws Adopted in the United States and Brazil for Data Security”, sob a supervisão do Prof. Vitelio Brustolin (Ph. D), Pesquisador Cientista da Harvard Law School (<https://scholar.harvard.edu/brustolin/home>).

## ATIVIDADES COMPLEMENTARES

### Atividades Complementares

O coordenador do Programa de Mestrado tem atuado regularmente, junto à Capes, nas atividades e reuniões dos coordenadores da Área de Ciência Política e Relações Internacionais. Ademais, em 2018 e 2019, compôs o grupo de Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCNs) de CP/RI.

O Programa também atuou ativamente nas atividades do Fórum Nacional dos Mestrados Profissionais – FOPROF. Em maio de 2018, esteve no Encontro Nacional sobre Avaliação dos Mestrados Profissionais, organizado pelo Fórum em Brasília. No mês de setembro de 2018, o Cefor, em conjunto com a Universidade de Brasília e a Escola Superior de Ciências da Saúde, organizou o Encontro FOPROF 2018 do Centro-Oeste, no qual foram discutidos os desafios dos Mestrados Profissionais e a sua

representatividade no contexto nacional, as peculiaridades das escolas de governo e o modelo avaliativo da Pós-Graduação Profissional.

Internamente, na Câmara dos Deputados, por iniciativa da Coordenação de Pós-Graduação, foi constituído Grupo de Trabalho Interdisciplinar que divulgou, em dezembro de 2018, nota técnico-jurídica sobre as normas que disciplinam as atividades de docência, pesquisa e extensão, com o objetivo de subsidiar a Administração da Câmara dos Deputados na apreciação de propostas de normatização do Programa de Mestrado Profissional.

Conforme já citado, em 2019, o PPG-Cefor encaminhou à Administração da Câmara dos Deputados proposta de atualização do seu Regimento, na qual busca reestruturar seus órgãos colegiados de forma a atender crescentes demandas acadêmicas com mais agilidade e eficiência. Há, nesse contexto, a previsão de oferta contínua de curso de especialização no âmbito da estrutura de disciplinas do Mestrado, com ampliação do alcance para o público externo (FA 1.4.1, 3.2.1). Dessa forma, é possível atender aos anseios da sociedade e cumprir os objetivos institucionais de desenvolvimento e educação em nível de pós-graduação com melhor aproveitamento e economia de recursos, em consonância com a proposta de reforma administrativa em curso na Câmara dos Deputados. Essa ação está em consonância com a Resolução do Ministério da Educação CNE/CES nº 1/2018, que priorizou diretrizes mais abrangentes, estabeleceu critérios para criação de cursos stricto sensu a distância, desburocratizou fluxos e criou novas perspectivas de cursos lato sensu. Entre as alterações, merece destaque a possibilidade de os programas stricto sensu converterem em certificado de especialização os créditos de disciplinas cursadas no mestrado, mediante o cumprimento de requisitos estabelecidos em regulamento.

O PPG-Cefor desenvolve ação estratégica de melhoria contínua de processos, prevista em seu planejamento, com vistas a melhor desempenhar a gestão do ensino e a atender seu público-alvo, prestando serviços educacionais de alta qualidade. Nesse sentido, em 2019, o PPG-Cefor adquiriu assinatura da ferramenta Atrio, que consiste em conjunto de componentes de serviço de apoio à gestão de programas de pós-graduação (FA 1.3.1.c.III) e instituições de pesquisa, promovendo a adequação e melhoria da infraestrutura de gestão (FA 1.3.1.c.II). Dentre outras funcionalidades, a ferramenta permite a importação e transferência automática das informações cadastradas nos currículos lattes do corpo docente para a Plataforma Sucupira, permitindo a gestão mais eficiente dessa que é a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação.

Ainda no contexto das rotinas administrativas que foram aperfeiçoadas, em 2019 o processo seletivo de alunos especiais contou com a utilização de formulário eletrônico, recurso que deu agilidade ao processo.

### Pontos fortes do programa

O Programa é destinado a estudar o Poder Legislativo e está inserido no locus próprio de estudo, o Congresso Nacional, configurando-se em terreno fértil para a pesquisa. Tendo em vista que o PPG-Cefor é uma ação institucional da Câmara dos Deputados, destacam-se como pontos fortes o acesso amplo da comunidade acadêmica à estrutura da Casa, aos órgãos colegiados e aos dados do processo legislativo, disponíveis nos vários sistemas informatizados da Câmara, e o contato direto com parlamentares e estruturas partidárias, fatores que favorecem a execução de projetos de pesquisa por docentes e discentes. Essa inserção permite a reflexão contínua sobre o “fazer institucional”, o que se reverte em benefícios para a instituição dado o caráter profissional do Mestrado e o fato de que a maioria dos discentes e a totalidade dos docentes são servidores que vivenciam o dia-a-dia do Poder Legislativo.

O corpo docente do MPPL é constituído por servidores concursados da Câmara dos Deputados, com titulação de doutor e formação em áreas tradicionalmente ligadas aos estudos legislativos e linhas de pesquisa do Programa, o que propicia um contexto diferenciado na disseminação de saberes e práticas no âmbito acadêmico (FA 1.2.1.c, 1.2.2.b). Entre docentes e discentes são identificados ocupantes de cargos como o de Secretário-Geral da Mesa, Secretário de Controle Interno, Chefe de Gabinete da Presidência, Diretor Administrativo e Chefe da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, bem como o de Secretário Adjunto de Projetos Estratégicos no Governo do Distrito Federal, além de consultores legislativos, assessores parlamentares e outros cargos de assessoria e gestão.

Dentre os destaques da estrutura disponibilizada aos alunos está a Biblioteca da Câmara dos Deputados, cujo vasto acervo, como já mencionado, é especializado em Ciências Sociais com ênfase em Poder Legislativo, Direito, Ciência Política, Economia e Administração Pública, áreas de concentração das pesquisas dos discentes do Mestrado Profissional em Poder Legislativo. Também o acesso facilitado a canais de comunicação, como a Rádio e a TV Câmara, contribui para a inserção dos docentes e discentes junto à mídia nacional, com possibilidade de publicação de artigos de opinião em veículos específicos, como a revista Congresso em Foco.

Por fim, ressalta-se que o Programa tem uma avaliação consistente e ampla, inclusive por instituições externas à Câmara, em que são avaliadas todas as disciplinas, docentes e produção técnico-científica, bem como aspectos de infraestrutura. Como exemplo, pode-se mencionar o fato de que outras instituições governamentais ou da sociedade civil liberam seus servidores para comparecerem às aulas do Mestrado e dos cursos de especialização em horário de expediente de trabalho, o que revela a avaliação positiva da importância estratégica quanto à formação oferecida pelo Cefor por meio do Programa de Pós-Graduação.

### Pontos a melhorar

Como resultado do processo de autoavaliação iniciado em 2018, novas necessidades de melhoria foram identificadas. O Plano Estratégico do PPG-Cefor tem passado por

constante revisão e adequação, incorporando as novas diretrizes da Câmara dos Deputados sobre o Programa de Pós-Graduação e as da Capes para mestrados profissionais (FA 1.3).

Um dos objetivos de melhoria apontados no Coleta 2019, ano referência 2018, foi a necessidade de estudo da oferta de disciplinas com base nas estatísticas do relatório técnico de análise de TCCs por linha de pesquisa. O Colegiado do MPPL realizou o estudo em 2019 e consolidou conjunto de disciplinas por linha de pesquisa de forma mais consentânea e alinhada com a proposta e amplitude temática do Programa (FA 1.1.1.a, 1.1.1.b), o qual foi a base para o plano de ofertas de 2020. Esse conjunto é composto por: três disciplinas obrigatórias, os seminários, que proveem visão da estrutura do Poder Legislativo e preparam o aluno para a elaboração e defesa do TCC; disciplinas optativas por linha; e disciplinas optativas de cunho metodológico. (<https://bit.ly/34neeSo>)

Outro ponto a ser aperfeiçoado e já mencionado nos anos anteriores diz respeito à revisão das normas relacionadas ao Programa. Apesar de o PPG-Cefor ter encaminhado à Administração da Câmara dos Deputados proposta de atualização do seu Regimento, na qual busca reestruturar seus órgãos colegiados de forma a atender crescentes demandas acadêmicas com mais agilidade e eficiência, os trâmites administrativos ainda não se concluíram, o que retarda a implantação de inovações, como a oferta contínua de curso de especialização no âmbito da estrutura de disciplinas do Mestrado, com ampliação do alcance para o público externo. Atualmente há em norma um limite de quatro disciplinas que podem ser cursadas como aluno especial, o qual deve ser revisto para viabilizar a proposta.

Em anos anteriores foram apontadas como necessidades de melhoria: (1) a oferta de disciplinas em língua estrangeira (inglês e espanhol); (2) a busca por financiamentos externos para projetos e bolsas de iniciação científica; e (3) a regulamentação para a contratação de professor visitante. Quanto ao item 1, não foi constatado público-alvo presencial para a oferta em idioma estrangeiro. Contudo, há previsão no plano estratégico para a oferta de disciplinas/conteúdos a distância, alguns em idioma estrangeiro, visando atender às demandas dos legislativos estaduais e municipais, de público interessado que não reside no Distrito Federal (como a quantidade crescente de matrículas como aluno especial tem demonstrado) e ao acordo de cooperação, em trâmite, com a Universidade de Salamanca. Quanto ao item 2, a busca de financiamentos externos encontra entraves jurídicos na Câmara dos Deputados e não constitui vocação do MPPL. Desde o início do Programa, as atividades de ensino, pesquisa e extensão têm sido contempladas por destinação específica do orçamento institucional. Encontra-se em trâmite a solicitação de recursos para 10 bolsas de iniciação científica, com previsão de liberação em 2020. O item 3 aguarda a aprovação da nova proposta do Regimento do Programa.

Foram levantadas, em anos anteriores, as necessidades de ampliar as parcerias internacionais, o que avançou nos acordos com a União Interparlamentar, Universidade de Harvard e de Salamanca, e de implantar novos formatos de curso para permitir a participação de alunos vinculados às instâncias do Poder Legislativo nas

esferas estadual e municipal de todo o Brasil, o que tem sido experimentado com sucesso pela Escola Virtual de Cidadania do Cefor (<https://escolavirtualdecidadania.camara.leg.br/site/>), e pelas experiências de aulas virtuais nesse período de isolamento decorrente da pandemia COVID-19.

Destaca-se, ainda, a reestruturação da página do programa na Internet, apontada como item de melhoria em 2017, cujo cumprimento se deu em 2018 e 2019.

No Coleta de 2019, referência 2018, o PPG-Cefor registrou nesta área o que considerava um desafio a ser debatido junto à Capes e à Área de CP/RI, com respeito à revisão dos percentuais de professor permanente/colaborador para mestrados profissionais, em especial os sediados por escolas de governo, visto que as atividades de docência, pesquisa e extensão desenvolvidas por servidores públicos ocupantes de cargo efetivo ou comissionado se dão apenas em caráter "eventual", com um limite estabelecido de 120 horas, o que se contrapõe à condição de docente "permanente". Na ocasião foi sugerida a relação 50/50, em contraponto à relação 70/30. O Coordenador do PPG-Cefor levou a questão para as reuniões entre os coordenadores de curso e os coordenadores da Área de CP&RI, onde o tema foi apreciado e os percentuais alterados para 60/40, conforme o Documento Orientador de APCN - Área 39 ([https://www.capes.gov.br/images/Criterios\\_apcn\\_2019/CPOL.pdf](https://www.capes.gov.br/images/Criterios_apcn_2019/CPOL.pdf)). O PPG-Cefor considera que essa decisão trará maior equilíbrio, visto que no grupo de colaboradores é admissível certa rotatividade sem impactos na avaliação quadrienal. Vale ressaltar que, na condição de colaborador, o servidor tem maior dedicação às atividades de sua prática profissional, para em seguida retornar às atividades acadêmicas, numa contínua e profícua circulação do conhecimento teórico e prático. Acreditamos, portanto, que nesse modelo o curso ganha em diversidade e qualidade de ofertas.

## PLANEJAMENTO FUTURO

### Planejamento Futuro

Como meta para 2020, o PPG-Cefor pretende trabalhar pela aprovação da nova proposta de Regimento, que viabilizará a implantação do modelo de oferta contínua de curso de especialização no âmbito da estrutura de disciplinas do Mestrado. Espera-se, com isso, ampliar o alcance para o público externo e atender aos anseios da sociedade, provendo educação de qualidade em nível de pós-graduação com melhor aproveitamento e economia de recursos. O novo Regimento também proporcionará maior agilidade nas decisões administrativas e acadêmicas, com a implantação de conselho gestor do Programa.

Há previsto para 2020, no plano estratégico: (1) a oferta de disciplinas/conteúdos a distância, alguns em idioma estrangeiro, visando atender às demandas dos legislativos estaduais e municipais, ao público não residente no Distrito Federal e ao acordo de cooperação, em trâmite, com a Universidade de Salamanca; (2) a instituição de bolsas de iniciação científica; (3) a aquisição do DOI para todos os artigos já publicados na E-Legis; (4) a implantação do Canal do Aluno; (5) a revisão do processo seletivo para alunos especiais, com a adoção de critérios objetivos que permitirão a melhor análise

dos professores responsáveis pelas disciplinas; (6) o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão acadêmica, por meio da completa implantação da ferramenta Atrio e sua integração aos sistemas em uso pelo Cefor.

Permanece em discussão a inserção de uma quarta linha de pesquisa do Mestrado, que deverá se chamar “Ciência, Tecnologia e Inovação no Poder Legislativo”. Essa linha será dedicada ao estudo da aplicação e dos desdobramentos da ciência, tecnologia e inovação no Poder Legislativo, sua importância estratégica na configuração dos cenários políticos nacional e internacional, a dinâmica da evolução científica e tecnológica, os impactos sociais e políticos oriundos de tecnologias inovadoras, as perspectivas tecnológicas futuras e processos de transferência de tecnologia. Isso abrirá novo espectro de pesquisas aplicadas com impactos no Legislativo e na sociedade. A expectativa é de que essa linha passe a vigorar no próximo quadriênio.

Pretende-se, também, estabelecer o Estágio de Docência como requisito para futuros processos seletivos de docentes, contribuindo para a manutenção de corpo docente qualificado. Novos processos seletivos para docentes devem acontecer somente no próximo quadriênio.

Outra proposta em estudo é a regulamentação da figura do pesquisador visitante, com o objetivo de receber pesquisadores de outras instituições nacionais ou internacionais para compartilhamento de colaboração científica para projetos de pesquisa no âmbito do Programa.

## OUTRAS INFORMAÇÕES

### Dados Adicionais

O Extrato Lattes, desenvolvido no âmbito do Programa de Mestrado do Cefor, é uma ferramenta computacional aberta, de domínio público, cujo objetivo é acompanhar, de forma sistemática, a atuação de docentes em cursos de pós-graduação stricto sensu por meio da geração periódica de extratos. Dessa forma, pretende-se subsidiar esses cursos com informações capazes de atrair a atenção para os principais pontos da avaliação da Capes, a fim de que a devida atualização do Lattes e ações corretivas possam acontecer em tempo. Essa prática pode contornar situações em que, por exemplo, um professor não venha a pontuar na avaliação do quadriênio por ter informado ISSN distinto daquele que consta na base Qualis. Os códigos e orientações estão disponíveis em <https://github.com/Cefor/extratolattes>.

No período de outubro de 2017 a outubro de 2019, está registrado o afastamento do docente Prof. Dr. Ricardo de João Braga (Cefor) para cursar o Mestrado Roads To Democracy, na Universität Siegen - UNISIEGEN, (Alemanha). O programa oferece um mestrado interdisciplinar, internacional e orientado para pesquisa que combina métodos e abordagens da história, ciência política e sociologia.

Também estiveram afastados os professores: (1) Cristiane Brum Bernardes, para estágio pós-doutoral no Departamento de Ciência Política da UFMG, no período de 07/02/2019 a 07/02/2020; (2) Cristiano Ferri, para estágio pós-doutoral no Programa

Algorithmed Public Spheres do Hans Bredow Institute, da Universidade de Hamburgo, durante o mês de abril/2019 (período do posdoc - setembro/2018 a agosto/2019); e (3) Renon Pessoa Fonseca, para estágio pós-doutoral em Cidadania e Direitos Humanos, na Universidade de Barcelona, no período de 10/9/2019 a 14/9/2020.